

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

“O CORPO BÓIA. O CORPO VAI DAR NA PRAIA. O CORPO BROTA DA TERRA, COMO NA ARGENTINA”: OS “VÔOS DA MORTE” E A CONVÊNIA DAS DITADURAS DO BRASIL E DO URUGUAI COM O OCULTAMENTO DOS CORPOS DEVOLVIDOS PELO MAR

Diego Antônio Pinheiro Soca

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre, novembro de 2011.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

“O corpo bóia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina”: os “vãos da morte” e a convivência das ditaduras do Brasil e do Uruguai com o ocultamento dos corpos devolvidos pelo mar

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito da
obtenção do diploma de Licenciatura
em História, sob orientação do Prof.
Dr. Enrique Serra Padrós.

Diego Antônio Pinheiro Soca
Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre, novembro de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DIEGO ANTÔNIO PINHEIRO SOCA

Aprovado em __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Wasserman

Prof^ª. Dr^ª. Caroline Silveira Bauer

**À memória das vítimas lançadas ao mar
pela ditadura argentina, em especial
aos desconhecidos do
Hermenegildo e de
São José do Norte**

Não é fácil eliminar um corpo. Uma vida é fácil. Uma vida é cada vez mais fácil. Mas fica o corpo, como o lixo. Um dos problemas desta civilização: o que fazer com o próprio lixo. As carcaças de automóveis, as latas de cerveja, os restos de matanças. O corpo bóia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina. O que fazer com ele? O corpo é como o lixo atômico. Fica vivo. O corpo é como o plástico. Não desintegra. A carne apodrece e ficam os ossos. Forno crematório não resolve. Ficam os dentes, ficam as cinzas. Fica a memória. Ficam as mães. Como na Argentina.

Seria fácil se o corpo se extinguisse com a vida. A vida é um nada, acaba-se com a vida com um botão ou com uma agulha. Mas fica o corpo, como um estorvo. Os desaparecidos não desaparecem. Sempre há alguém sobrando, sempre há alguém cobrando. As valas comuns não são de confiança. A terra não aceita cadáver sem documentos. Os corpos são devolvidos, mais cedo ou mais tarde. A terra é protocolar, não quer ninguém antes do tempo. A terra não quer ser cúmplice. Tapar os corpos com escombros não adianta. Sempre sobra um pé, ou uma mãe. Sempre há um bisbilhoteiro, sempre há um inconformado. Sempre há um vivo.

Os corpos brotam do chão, como na Argentina. Corpo não é reciclável. Corpo não é reduzível. Dá para dissolver os corpos em ácido, mas não haveria ácido que chegasse para os assassinados do século. Valas mais fundas, mais escombros, nada adianta. Sempre sobra um dedo acusando. O corpo é como o nosso passado, não existe mais e não vai embora. Tentaram largar o corpo no meio do mar e não deu certo. O corpo bóia. O corpo volta. Tentaram forjar o protocolo – foi suicídio, estava fugindo – e o corpo desmentia tudo. O corpo incomoda. O corpo faz muito silêncio. Consciência não é biodegradável. Memórias não apodrecem. Ficam os dentes.

Os meios de acabar com a vida sofisticam-se. Mas ainda não resolveram como acabar com o lixo. Os corpos brotam da terra, como na Argentina. Mais cedo ou mais tarde os mortos brotam da terra.

Como na Argentina, Luís Fernando Veríssimo.

Vos me estás mirando y yo voy a caer,
Colgado en tu sién.
Vos me estás mirando y yo voy a caer.
No me ves pero ahí voy
A buscar tu prisión
De llaves que sólo cierran...
No ves pero ahí voy a encontrar tu prisión.
Y la bruna rebota siempre hacia aquí.
Espuma de miedo,
Viejo apagón,
Y la bruma rebota, siempre hacia aquí.

Solo voy a volver,
Siempre me vas a ver
Y cuando regrese
De este vuelo eterno.
Solo verás en mí,
Siempre a través
De mí un paisaje de espanto así.

Y el nylon abrió
Sus alas por mí...
Y ahora ve solo viento.
Y el nylon abrió
Su alas en mí.
Tu cara se borra,
Se tiñe de gris,
Serás una piedra sola...
Te desprendes de mí,
Yo me quedo en vos...
Ya mis ojos son barro
En la inundación
Que crece, decrece,
Aparece y se va
Y mis ojos son barro
En la inundación

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, este trabalho não seria possível sem a grande fonte de inspiração e exemplo que é o professor e amigo Enrique Serra Padrós. Suas inesquecíveis disciplinas sobre os temas relacionados às ditaduras de segurança nacional do Cone Sul foram a ponta de lança para a maturação de uma idéia anterior. Sua paixão pelo tema, transmitida a cada aluno e aluna matriculado nas disciplinas de sexta-feira à noite (para atrair somente os interessados, como sempre disse), fez despertar em cada um de nós, e particularmente em mim, o desejo de sempre repassar as lições dadas por ele: da defesa intransigente dos Direitos Humanos, do combate intransigente à toda forma de opressão e autoritarismo, e do profundo respeito à memória das vítimas do Terrorismo de Estado, para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça. Com este trabalho espero dar uma contribuição mínima nesse sentido.

Ao jornalista Nilson Mariano agradeço a total receptividade que tive, assim como sua disponibilidade de compartilhar comigo materiais que foram de extrema importância na concepção deste trabalho. A Jair Krischke pela boa vontade de me abrir as portas do Movimento Justiça e Direitos Humanos, o que muito me honrou em razão da sua grande história pessoal como defensor constante dos Direitos Humanos.

Também não poderia deixar de agradecer a fundamental colaboração de Caroline Bauer, e sua incansável disposição (inclusive *on-line*) em fornecer materiais para a composição deste trabalho. Muito deste trabalho também não seria possível sem a experiência de pesquisa da bolsa de iniciação científica que tive ao longo de dois anos da minha graduação com a Profa. Dra. Susana Bleil de Souza, do Departamento de História da UFRGS. A ela agradeço a oportunidade de me inserir no mundo da pesquisa acadêmica em História, o que me trouxe grandes satisfações ao longo da graduação, além de me proporcionar uma experiência pessoal e profissional que levarei sempre.

A Vanessa Mombach agradeço o profissionalismo e a ética com que sempre tratou comigo, tornando sua ajuda indispensável neste momento de minha vida. Às minhas queridas *rosas rojas* Lilhana Belardinelli, Patrícia da Costa Machado, Anna Cláudia Bueno Fernandes e Viviana Cemin agradeço a constante presença e incentivo, que me permitiram prosseguir mesmo nos momentos mais difíceis dessa caminhada. À grande amiga Juliana Matosinho de Oliveira, que mesmo longe, serviu, serve e servirá sempre de exemplo. Aos grandes amigos que fiz ao longo da graduação (Paula Arpini, Liziê Vargas, Rodrigo Gomes, Gustavo Pradella, Denise Xavier e outros muitos) agradeço pelos diversos momentos compartilhados, fundamentais na concepção do que sou hoje.

Não poderia deixar de agradecer imensamente a Leonardo Vigolo Monllor, que além de ser um grande amigo, é um verdadeiro irmão. Nessa longa caminhada estivemos sempre juntos, e pude contar com seu apoio e sua presença não só nos momentos alegres, mas também nos mais difíceis. Com certeza este trabalho tem um pouco dessa presença.

À Marlene Pinheiro agradeço o apoio incondicional e sincero, mantendo vivas e presentes as minhas raízes familiares. À Cláudia Bellini agradeço por se fazer presente onde eu não estive.

À minha mãe, pelos anos e anos com que se dedicou exclusivamente a me proporcionar todas as condições necessárias para que chegasse até aqui, e para que eu possa ir além. Nenhuma palavra será suficiente o bastante para expressar minha eterna gratidão por seu amor e sua força.

E por fim agradeço ao meu pai, ao seu amor e à sua presença. Presença essa que está expressa neste trabalho em cada parágrafo, linha, vírgula e ponto final. E também em cada espaço em branco, em cada pedaço não preenchido, em cada palavra não escrita, em cada silêncio.

LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ANCLA - *Agencia de Noticias Clandestina* (Argentina)

CCD – Centro Clandestino de Detenção

CONADEP – *Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas* (Argentina)

DIPRE - *División Investigaciones e Inteligencia de la Prefectura Nacional Naval*
(Uruguai)

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DP – Delegacia de Polícia

EAAF – *Equipo Argentino de Antropología Forense*

ERP – *Ejército Revolucionario del Pueblo* (Argentina)

ESMA – *Escuela de Mecánica de la Armada* (Argentina)

EUA – Estados Unidos da América

FAB – Força Aérea Brasileira

IML – Instituto Médico Legal

MJDH – Movimento Justiça e Direitos Humanos

NN – *Ningún Nombre* (corpo sem identificação)

PNN – *Prefectura Nacional Naval* (Uruguai)

SIPNA – *Servicio de Inteligencia – Prefectura Naval Argentina*

UCR – *Unión Cívica Radical (Argentina)*

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - Mapa dos locais onde foram encontrados os corpos e restos humanos no litoral uruguaio

ANEXO II - Mapa das correntes marítimas do Rio da Prata

ANEXO III - Cadáver desconhecido do Hermenegildo

ANEXO IV - Reprodução de uma página da reportagem não-publicada de Tito Tajés

ANEXO V - Braço direito do cadáver de Floreal Avellaneda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. OS CORPOS AO MAR.....	16
1.1 – ANTECEDENTES DO GOLPE DE 24 DE MARÇO DE 1976.....	18
1.2 – O TERRORISMO DE ESTADO DURANTE O PROCESO DE REORGANIZACIÓN NACIONAL E O EXTERMÍNIO DE OPOSITORES.....	24
1.3 – O TERROR NA PRÁTICA.....	30
1.3.1 – <i>O desaparecimento, o seqüestro e a detenção ilegal</i>	30
1.3.2 – <i>Os vôos da morte</i>	32
2. OS CORPOS NAS PRAIAS.....	35
2.1 – OS CORPOS NAS PRAIAS ARGENTINAS.....	36
2.2 – OS CORPOS NAS PRAIAS URUGUAIAS.....	40
2.2.1 – <i>As denúncias de Daniel Rey Piuma</i>	41
2.3 – OS CORPOS NAS PRAIAS BRASILEIRAS.....	48
3. OS CORPOS OCULTOS.....	56
3.1 – A CONVÊNICA DAS AUTORIDADES URUGUAIAS.....	57
3.1.2 – <i>O PAPEL da imprensa</i>	61
3.2 – A CONVÊNICA DAS AUTORIDADES BRASILEIRAS.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
FONTES CONSULTADAS.....	75
ARTIGOS DE PERIÓDICOS CONSULTADOS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de cadáveres, e este talvez não seja um assunto que agrade muita gente. O cadáver é principal prova, em caso de homicídio. Eliminá-lo torna-se fundamental para que o criminoso escape ileso. Mas se eliminar um cadáver não deve ser tarefa fácil, eliminar uma quantidade que ultrapassa a casa das dezenas de milhares parece ser uma missão hercúlea, que envolve uma quantidade bastante grande de gente viva. E por envolver tamanho número de pessoas, recursos e instituições, nunca será isenta de falhas: sempre haverá testemunhas e documentos registrados, além, é claro, de algum vivo que reclame por seu paradeiro. “*Ficam os dentes, ficam as cinzas. Fica a memória. Ficam as mães*” lembraria Luís Fernando Veríssimo¹. É isso que nos mostra a experiência histórica das ditaduras de segurança nacional latino-americanas do século XX, que foram muito eficientes no extermínio de seus opositores políticos, mas também foram passíveis de “falhas”; e é justamente em razão destas “falhas” que hoje se pode conhecer o destino dado aos restos mortais de suas vítimas fatais, e comprovar os crimes cometidos em nome da dita “segurança nacional”.

Este trabalho também é um trabalho de história do tempo presente. O intento de focar a análise no “resultado final” de uma prática de terror de Estado (os “vôos da morte”, ou “sepultamento aquático”) levados a cabo pela última ditadura militar argentina (1976-1983) faz necessária, primeiramente, uma discussão a respeito do caráter das produções historiográficas sobre as ditaduras de segurança nacional. Importante é ter em mente que esta é uma história que não só ainda está sendo escrita, como também está em constante transformação. No período de tempo de consecução deste trabalho, pode-se destacar três acontecimentos importantes, que demonstram o quanto a história dos períodos autoritários do Cone Sul, e sua extensão aos períodos democráticos sucessores, ainda está inconclusa: a condenação à prisão perpétua, na Argentina, dos primeiros acusados na chamada *Megacausa ESMA*, que julga os crimes cometidos no âmbito deste Centro Clandestino de Detenção pertencente à Marinha argentina²; a aprovação, no Uruguai, da lei que restabelece a pretensão punitiva do Estado para os delitos cometidos durante a ditadura civil-militar

¹ VERÍSSIMO, Luís Fernando. *A mãe do Freud*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

² PÁGINA/12. Perpetua para Astiz, el "Tigre" Acosta, Cavallo, Donda, Pernías, Rádice y otros seis genocidas. *Página/12*, Buenos Aires, 26 de out. 2011. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-179823-2011-10-26.html>. Data de acesso: 26 de out. 2011.

(1973-1985) e os declara crimes de lesa-humanidade, para fazê-los imprescritíveis³; e a sanção por parte da presidenta Dilma Rousseff, no Brasil, da criação da Comissão da Verdade, que investigará os crimes cometidos ao longo da ditadura (1964-1985), mas que não terá poderes para punir os crimes de tortura, morte e desaparecimentos forçados⁴. São exemplos claros de uma das principais características da história do tempo presente, a contemporaneidade entre o historiador e seu objeto de pesquisa.

No entanto, essa contemporaneidade não significa falta de objetividade. O uso conseqüente de conceitos históricos embasados e de abordagens teóricas rigorosas, ou seja, de todo um instrumental teórico-metodológico objetivo e fundamentado, pode limitar o impacto de uma subjetividade evidentemente presente em acontecimentos contemporâneos ao analista, e que estão em constante interação com o presente⁵. Essa é uma característica essencial da história do Tempo Presente, e como ressalta Jacques Le Goff, é preciso ter em mente algumas premissas para legitimar esse conhecimento histórico: a) absorver o presente com profundidade histórica pertinente; b) manifestar espírito crítico em relação à metodologia e leitura das fontes; e c) localizar e contextualizar os fatos dentro de uma perspectiva histórica analítica de longa duração, e não apenas enumerá-los, para que se caracterizem verdadeiramente como trabalhos históricos⁶.

É preciso levar em consideração também outros fatores que perpassam a produção historiográfica sobre as ditaduras de segurança nacional. Um deles é que a proximidade do fato analisado com o presente, e a tensão entre objetividade-subjetividade que esta pode causar, podem levar o historiador a substituir seus questionamentos de “por quê?” para “quem é o culpado?”. Este não é o objetivo final de uma produção histórica, pois, segundo Padrós, “Sua invocação julgadora acaba sendo desrespeitosa com o conjunto da sociedade, a quem cabe efetivamente decidir o que fazer com esse conhecimento produzido e

³ SAN MIGUEL, Mercedes López. El Frente Amplio lucha contra la impunidad. *Página/12*, Buenos Aires, 27 out. de 2011. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-179888-2011-10-27.html>. Data de Acesso: 28 out. 2011.

⁴ SUL21. Dilma sanciona Comissão da Verdade e Lei de Acesso nesta sexta. *Sul21*, Porto Alegre, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://sul21.com.br/jornal/2011/11/dilma-sanciona-comissao-da-verdade-e-lei-de-acesso-nesta-sexta/>. Data de acesso: 18 nov. 2011.

⁵ PADRÓS, Enrique. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. *Tempo e Argumento*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, UDESC, Florianópolis, Edição I, Nº 1, março de 2009, p. 7.

⁶ LE GOFF, Jacques. A Visão dos Outros: Um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Phillippe (orgs.). *Questões para a História do Presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 101.

socializado”⁷. Neste trabalho procura-se analisar os fatos propostos dentro de seu contexto histórico mais amplo, evitando pré-julgamentos que não caberiam a uma produção acadêmica. No entanto, há opções claras sobre o uso de determinados instrumentos teórico-metodológicos, embasados principalmente num compromisso intransigente com a verdade histórica⁸.

Outro elemento constante nas produções historiográficas do momento, e que também está intrinsecamente relacionado à consecução deste trabalho, é o fato de que as ditaduras de segurança nacional promoveram uma ação institucional de esquecimento, de desmemória, fruto dos processos de redemocratização, em que através de leis de auto-anistia, procurava-se apagar da memória coletiva os acontecimentos relacionados à repressão legal ou ilegal do momento, isentando os responsáveis de suas culpas. Uma espécie de tentativa de “superar o passado” em nome de uma suposta “conciliação nacional”, em que os que foram vítimas de experiências traumáticas do regime que findou deveriam esquecer o que vivenciaram. Então a proposição de questionamentos acerca deste passado “esquecido” insere-se dentro de um dos parâmetros essenciais da história do tempo presente: a vontade de *agir* sobre o passado, de repará-lo, re-julgá-lo, talvez ressignificá-lo. Henry Rousso fala sobre essa mudança de relação com o passado, intrínseca à história do tempo presente, e que atingiu também a escritura do passado:

“O passado não é mais algo ‘acabado’, mas uma matéria sobre a qual se pode agir, da mesma maneira como se age sobre o presente: isso explica a importância da memória, e o fato de que o passado se enfraquece nesse registro muito mais do que em ‘termos de história’, já que a memória sendo a presença do passado, *a priori*, é possível agir sobre ela, enquanto é absurdo querer mudar o passado”.⁹

São opções teórico-metodológicas claras, que buscam romper a barreira do “esquecimento coletivo” induzido de cima para baixo pelos artífices das ditaduras de segurança nacional. Esquecimento este que perdura até os dias de hoje, fundamentado

⁷ PADRÓS, *op. cit.*, 2009, p. 8.

⁸ E aqui mais uma vez citando Padrós sobre este compromisso: “(...) sem a pretensão de uma apreensão absoluta, mas cercando-a da forma mais objetiva, mais abrangente e mais próxima possível do concretamente vivido”. PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*. Uruguai (1968-1985): Do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 850 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p.38.

⁹ ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PÔRTO JR., Gilson. *História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 2007, p. 284.

principalmente na manutenção ainda de uma “cultura do medo” – um dos expedientes mais eficazes do terrorismo de Estado.

Por fim, cabe ressaltar que uma produção científica que trate sobre períodos autoritários também é diretamente atingida pela seguinte situação: a existência de limitações no que diz respeito ao acesso aos documentos produzidos à época. Ainda existem sérias restrições de consulta aos arquivos da ditadura militar, em maior escala no Brasil. Mesmo que não haja livre acesso aos documentos oficiais, uma produção histórica sobre o assunto não se desqualifica ao utilizar-se de fontes não-oficiais, como os relatos das vítimas, as denúncias de ex-agentes da repressão, ou os jornais da época, pois a atuação de rigorosos instrumentos metodológicos não desvalida essas fontes de informação, assim como o cruzamento entre todos os tipos de fonte (não-oficiais e oficiais já disponibilizadas) enriquecem e fundamentam a argumentação do historiador. Tais instrumentos, como a crítica que deve ser feita aos relatos orais, que podem ser condicionados por “filtros corretores”, ou marcados por “lapsos” que incidem na memória de cada um¹⁰, e à produção jornalística, levando em conta a posição política assumida pelo jornal, e a tensão existente entre a censura imposta e a autocensura, entendida como uma tentativa de sobrevivência dentro de uma situação de falta de liberdade de expressão¹¹, são escolhas metodológicas também deste trabalho. No entanto, sempre haverá algumas lacunas, haja vista que nem todas as informações sobre este período histórico estão disponíveis. Lacunas estas que não devem ser preenchidas com apontamentos rasos (lembrando que o papel de uma pesquisa histórica não é de julgar, mas de questionar), mas fundamentados nos elementos disponíveis que as diversas fontes oferecem.

Quanto ao objeto da pesquisa que culminou neste trabalho, este se centra na aparição de corpos não-identificados nas costas do Uruguai e do estado do Rio Grande do Sul, a partir de abril de 1976. Este fato coincide temporalmente com a ditadura civil-militar de segurança nacional instaurada na Argentina, a partir do golpe de 24 de março do mesmo ano, autodenominada como *Proceso de Reorganización Nacional*, ou simplesmente o *Proceso*, que perduraria até 1983. Os militares argentinos foram responsáveis pelo desaparecimento de aproximadamente 30 mil pessoas ao longo dos anos de ditadura, e seriam os artífices da sistematização de várias formas ilegais de extermínio de presos

¹⁰ PADRÓS, *op. cit.*, 2009, p. 11.

¹¹ *Idem.*

políticos, entre elas a que ficou conhecida como “vãos da morte”, o lançamento de pessoas vivas (ou não) ao mar. O resultado final dessa prática seria o aparecimento de centenas de cadáveres nas praias argentinas, e também nos litorais uruguaio e brasileiro. Estes corpos de cidadãos argentinos não seriam identificados, inclusive por parte dos governos militares estrangeiros, demonstrando a clara conivência que havia entre as ditaduras de segurança nacional do Cone Sul com os crimes cometidos em nome da “segurança nacional”.

Posto isso, a divisão deste trabalho ocorre da seguinte forma:

a) Capítulo 1: trata do contexto político e social argentino à época do golpe de 1976 e a instauração do *Proceso*, bem como das estratégias de implementação do terror de Estado por parte dos militares argentinos, entre elas os “vãos da morte”;

b) Capítulo 2: trata das circunstâncias nas quais chegaram os corpos nas praias dos três países envolvidos e as evidências que demonstram sua origem argentina, com base nas denúncias do ex-marinheiro uruguaio Daniel Rey Piuma, e na reportagem não publicada e nos documentos arrolados pelo jornalista brasileiro Tito Tajés sobre os corpos aparecidos no litoral gaúcho em abril de 1978;

c) Capítulo 3: trata da conivência das autoridades uruguaias e da sua negligência na identificação dos cadáveres aparecidos nas praias, e o fundamental papel da imprensa no desvirtuamento dos fatos ocorridos; no caso brasileiro, trata da ciência das autoridades em relação aos “vãos da morte” argentinos e levanta elementos que podem conjeturar uma conivência com tal prática criminosa.

Por fim, vale citar mais uma vez a crônica de Luís Fernando Veríssimo, que consta também no título deste trabalho: “*O corpo bóia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina*”.

1. OS CORPOS AO MAR

No dia 24 de março de 1976, pela décima primeira vez ao longo do século XX, um militar saía da caserna e adentrava a solene *Casa Rosada*, sede do poder executivo argentino, para assumir o poder. Dessa vez, pela primeira vez na história do país, o golpe de Estado seria contra uma mulher, María Estela Martínez de Perón, mais conhecida como Isabelita Perón, primeira ocupante feminina do cargo máximo da República, que assumiu como vice de seu falecido esposo, o general Juan Domingo Perón, morto em 1º de julho de 1974. Iniciava-se assim a última ditadura militar na Argentina, taxada como a mais sangrenta da história do país vizinho, responsável pelo desaparecimento de mais de 30 mil pessoas¹², pela implantação sistemática do terrorismo de Estado, pelo desmonte do Estado de bem-estar social, pela aplicação de políticas econômicas que resultaram num significativo empobrecimento de grande parte da população, e pelo envolvimento do país em um conflito bélico suicida contra o Reino Unido pela posse das ilhas Malvinas. Uma ditadura que utilizou práticas ilegais de seqüestro e desaparecimento de pessoas, tortura física e psicológica, apropriação indevida de bens, roubo de crianças e extermínio físico de opositores.

Sobre as práticas de extermínio utilizadas pelos militares argentinos, interessa ao objetivo deste trabalho especificamente o lançamento de presos políticos ao mar. Os cadáveres de dois deles vieram parar nas praias do litoral sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente em Santa Vitória do Palmar e em São José do Norte, no mês de abril de 1978. Quem eram essas pessoas? Como seus corpos foram parar no mar? Quem foram os responsáveis? Para poder responder essas perguntas é necessário esmiuçar os antecedentes do golpe de 1976, a instalação do autodenominado *Proceso de Reorganización Nacional* no poder, suas justificativas e ideologia, e suas práticas repressivas que resultaram numa das maiores tragédias da história recente da América Latina.

¹² Número estimado por organismos de defesa dos Direitos Humanos, como as *Madres de la Plaza de Mayo* e o *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ), baseado na lógica de que a cada denúncia realizada, duas não foram feitas. A *Comision Nacional Sobre la Desaparicion de Personas* (CONADEP), que funcionou durante 8 meses ao longo do ano de 1984, documentou 8.960 casos. Atualmente, a *Secretaria de Derechos Humanos de la Nación Argentina* tem registrado mais de 13 mil casos de desaparecidos.

1.1 – ANTECEDENTES DO GOLPE DE 24 DE MARÇO DE 1976

Como dito anteriormente, a intervenção das Forças Armadas na política nacional argentina foi recorrente ao longo de sua história. Quando Jorge Rafael Videla, Emilio Massera e Orlando Agosti, integrantes da Junta Militar que pôs fim ao mandato constitucional da presidenta María Estela Martínez de Perón, assumiram o comando do poder executivo nacional através de um golpe militar, o faziam pela décima primeira vez somente no século XX. O golpe de 1976 foi consequência de um longo processo histórico de crise política e institucional, cuja origem remonta ao golpe que depôs Perón do poder, em 1955.

O general Juan Domingo Perón foi eleito presidente da República em três oportunidades: em 1946, em 1951 e em 1973. Quando assumiu pela primeira vez em 1946, logo após 16 anos de sucessivos governos militares – a chamada “Década Infame”, começou a introduzir na Argentina importantes mudanças políticas, econômicas e sociais. Segundo sua concepção nacionalista, o Estado argentino deveria ser forte, ou seja, intervencionista, protetor e corporativo. Sendo assim, ao longo dos seus nove anos de governo, impulsionou fortemente o desenvolvimento da indústria nacional, e redirecionou a política econômica para a criação de um mercado interno de envergadura. Mas provavelmente o principal feito de seu governo foi a formalização de um novo pacto social, através da instituição de políticas públicas – como por exemplo as leis trabalhistas – que articularam a inclusão de setores historicamente excluídos na vida política e econômica do país. A principal consequência disso foi a constituição de uma ampla base de apoio popular. Mesmo com Perón fora do poder a partir de 1955, o peronismo ficaria profundamente arraigado na cultura política argentina, com ecos até os dias de hoje.

No entanto, o discurso peronista era por demais elástico, num meio termo entre o nacionalismo e o autoritarismo, o que o situava “perigosamente numa ‘terceira posição’ entre capitalismo e comunismo, em meio à Guerra Fria”¹³. Essa incerteza, aliada às políticas nacionalistas e econômico-distributivas do Estado de bem-estar social montado por Perón, acabaram gerando uma forte oposição de diversos setores da burguesia nacional,

¹³ FERNÁNDEZ, Jorge Christian. Argentina 1976-1983: Extermínio organizado de uma nação. In: PADRÓS, Enrique (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag, Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006, p. 32.

e também dos representantes do capital monopolista, que viam seus interesses afetados pelo desenvolvimento da indústria nacional. Sem contar com a forte oposição dos Estados Unidos, que acusavam o general de ser um “êmulos do nazismo”. Sendo assim, não demoraria muito para que esses setores burgueses, juntamente com alas mais conservadoras da Igreja e das Forças Armadas, começassem a conspirar contra o governo peronista, contando também com o descontentamento das classes médias urbanas e da esquerda, que denunciavam o caráter autoritário do regime populista.

A queda de Perón em setembro de 1955 ocorreu após um levante militar frustrado, que envolveria inclusive um bombardeio à Praça de Maio no mês de junho anterior. Foi a vitória da auto intitulada “*Revolución Libertadora*”, a “(...) materialização completa de um amplo frente anti-peronista e de um golpe militar que contava com o beneplácito das oligarquias, a benção da Igreja, a simpatia dos EUA e o apoio de setores civis, imbuídos do discurso liberal, democrático e anti-peronista”¹⁴. Soaria como uma prévia do que iria acontecer novamente em 1966 e finalmente em 1976.

Após distensões internas, assumiria o poder o grupo político liderado pelo general Pedro Eugenio Aramburu, com um projeto econômico de cunho liberal e um projeto político formalmente democrata, mas excludente, pois proibia o peronismo. No entanto, todos os governantes que sucederam Perón, militares ou não, tiveram que criar mecanismos de convivência, acordo ou cooptação em relação aos peronistas, para poder governar com alguma legitimidade, pois como dito anteriormente, o peronismo já estava profundamente entranhado na cultura política nacional.

Entre 1958, com a saída do poder dos militares da chamada “*Revolución Libertadora*”, até 1966, a Argentina teve três governantes civis: Arturo Frondizi (1958 a 1962, derrubado por um golpe militar), José M. Guido (1962 a 1963, de caráter provisório) e Arturo Illia (1963 a 1966, derrubado por outro golpe militar), todos oriundos da *Unión Cívica Radical* (UCR), que não concluíram seus mandatos, e quase sempre estiveram sob tutela militar.

Uma das causas do golpe de 1976 que instaurou o infame “*Proceso de Reorganización Nacional*” está justamente na dicotomia política existente entre peronismo *versus* antiperonismo, que surgiu na Argentina nesses tempos turbulentos. Citando mais

¹⁴ *Idem*, p. 33.

uma vez Fernández: “Nesse quadro, diversos atores sociais se postularam a favor ou contra o Estado protecionista e interventor ou o Estado mínimo, pelo populismo ou pelo liberalismo, ou ainda para saídas da crise via democracia ou autoritarismo”¹⁵. Os governos radicais que se sucederam após 1955 foram de certa forma ambíguos em relação às políticas econômicas e sociais: mantiveram-se na linha desenvolvimentista oriunda do populismo peronista, mas possibilitaram uma forte concentração de capitais, além de darem início ao processo de endividamento da Argentina junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Também enfrentaram conflitos com a base de apoio de Perón, ao tentar atacar as estruturas do Estado de bem-estar social montado no período populista.

No entanto, a própria base de apoio do peronismo começou a sofrer um processo de radicalização, dividindo-se entre os que apoiavam as medidas conciliadoras com os governos da UCR, e os da chamada “Resistência Peronista”, que se opunham. Esses opositores, com o passar do tempo, começaram a modificar seu discurso, migrando para a esquerda, posicionando-se contra o imperialismo, adotando conceitos de justiça social cada vez mais revolucionários e emancipadores, e embalados pela Revolução Cubana de 1959, assumindo posturas cada vez mais favoráveis à opção pelas armas.

Distensões internas das Forças Armadas já começavam a delinear uma resposta à radicalização do discurso opositor. Na década de 60 dois grupos militares entraram em conflito: os “azuis” (a linha branda), militares legalistas que apoiavam uma saída institucional e uma aproximação com os peronistas; e os “vermelhos” (a linha dura), conservadores, associavam o peronismo ao comunismo – imbuídos na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) – e defendiam uma saída autoritária. Os “azuis” saíram vencedores, garantindo o governo constitucional de Arturo Illia, mas mantendo o peronismo proibido, atendendo em parte as reivindicações dos “vermelhos”.

No entanto, os “azuis” liderados pelo general Juan Carlos Onganía seriam os artífices do golpe de 1966, que derrubaria o combalido governo de Illia, desmoralizado tanto por setores burgueses (que criticavam sua política econômica intervencionista) com o apoio da imprensa, como por setores peronistas (que exigiam a manutenção das políticas de vantagens e concessões, e o retorno de Perón de seu exílio na Espanha) e da esquerda, que ensaiava já os primeiros movimentos de luta armada na província de Salta. O golpe militar

¹⁵ *Idem*, p. 33.

de 1966, que se auto intitulou “*Revolución Argentina*”, novamente teve amplo respaldo, inclusive da esquerda, que festejava a queda da “democracia burguesa”¹⁶. Mas Onganía (a quem foi entregue o poder executivo após o golpe) acabou assumindo uma postura fortemente autoritária e personalista, e influenciado pela DSN, começou a reprimir tanto o peronismo, como a esquerda radical, ampliando a repressão política aos sindicatos e aos partidos políticos, que foram extintos. No campo econômico, adotou uma política liberal e tecnocrata, pressionado pelas elites. Instituiu também a censura à imprensa, e medidas moralizantes à sociedade civil.

A queda do governo constitucional em 1966 representou também a configuração de um novo cenário político na Argentina. Segundo Luis A. Romero: “Con la caída de la democracia limitada terminó el empate, las opciones se definieron, y los conflictos de la sociedad, hasta entonces disimulados, pudieron desplegarse plenamente”¹⁷. A escalada autoritária de Onganía geraria uma forte oposição, que culminaria no levante popular de Córdoba (região com forte presença operária e estudantil), em maio de 1969, conhecido como *Cordobazo*. Estudantes e operários desafiaram o poder militar, pondo em xeque a capacidade da “*Revolución Argentina*” de manter a ordem. Esse levante daria início a um processo de radicalização da vida política argentina, um período de violência que se estenderia até o golpe de 1976, em que setores sociais se uniriam para combater o autoritarismo e o imperialismo.

Há de se destacar que o *Cordobazo* era o reflexo de uma conjuntura global de contestações contra a ordem política e social capitalista, iniciadas pelo Maio de 1968 francês, mas também tendo como referência a forte oposição à Guerra do Vietnã nos Estados Unidos, a “Primavera dos Povos” em Praga, e outros movimentos contestatórios do final da década de 60. Por fim, o levante popular de Córdoba representava a união de estudantes e operários, animados pelos ventos revolucionários propagados na América Latina, que culminou com o surgimento de importantes grupos guerrilheiros marxistas e peronistas. Entre os primeiros, destacam-se as *Fuerzas Armadas de Liberación*, de orientação guevarista, a *Organización Comunista Poder Obrero* de orientação maoísta, e o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), de orientação trotskista, que se tornaria a mais

¹⁶ *Idem*, p. 34. Mais sobre o assunto Cf. DE RIZ, Liliana. *La política en suspenso: 1966-1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

¹⁷ ROMERO, Luis A. *Breve Historia Contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 1996, p. 168. *apud* FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 34.

importante organização armada marxista. Já entre os seguidores de Perón, surgiriam as *Fuerzas Armadas Revolucionárias*, as *Fuerzas Armadas Peronistas*, e os *Descamisados*. No entanto, com a fusão de outros grupos menores, e tendo como principal objetivo o retorno de Perón e a continuidade do processo revolucionário para construir o “socialismo nacional”, seria criada em 1970 a mais importante e poderosa guerrilha peronista, os *Montoneros*.

O governo de Onganía não resistiu às pressões que vinham de diversos setores, inclusive de seus antigos apoiadores da elite, que tinham críticas à sua política econômica. A primeira (e talvez a mais carregada de significado) ação direta dos *Montoneros* foi o seqüestro e posterior assassinato do general Aramburu, artífice do golpe que derrubara Perón em 1955. Tudo confluiu para que os militares afastassem Onganía do poder em 1970, quando assumiu o general Roberto Levingston, que não duraria mais que um ano no cargo, acossado por mais um levante popular em Córdoba. Assumiria então o general Alejandro Lanusse, artífice do “*Gran Acuerdo Nacional*”, em que os militares reconheciam o peso político do peronismo e negociariam o fim de sua proibição e o retorno do velho líder populista do exílio, a fim de conter a escalada de violência que as ações armadas dos grupos guerrilheiros estavam gerando no país.

Sendo assim, nas eleições de março de 1973 o peronismo apresenta-se através da candidatura de Héctor Cámpora, secretário pessoal de Perón, e ligado à esquerda. Cámpora vence com mais de 50% dos votos, mas seu governo será de curtíssima duração, e bastante conturbado. Quando o velho líder populista desembarcou no aeroporto de Ezeiza, retornando de seu exílio de 18 anos, no dia 20 de junho de 1973, mais de 2 milhões de pessoas o aguardavam. No entanto, um confronto envolvendo militantes da esquerda e da direita peronistas gerou 13 mortos e entrou para a história argentina como o Massacre de Ezeiza¹⁸. A ambigüidade do discurso Perón gerava diversas interpretações, que podiam assumir posturas mais radicais à esquerda (como já dito anteriormente, inclusive com a formação de guerrilhas), mas também à direita, que o via como um grande chefe militar, um verdadeiro *caudillo*, paladino da ordem e da segurança, que acabaria com a “infiltração

¹⁸ Os números de mortos e feridos no Massacre de Ezeiza são incertos. Horacio Verbistky afirma que há diversas imprecisões na documentação a respeito do ocorrido, e cotejando as distintas fontes, calcula que houve mais de 355 feridos, e provavelmente um número de mortes maior que o anunciado. Cf: VERBISTKY, Horacio. *Ezeiza*. Buenos Aires: Planeta, 1995 (B), p. 189.

marxista” na sociedade. Faltava saber o papel que o general assumiria nesse complexo cenário político.

Justamente a partir do Massacre de Ezeiza, em que sua guarda pessoal, composta por elementos paramilitares da extrema-direita, foi responsável pelo ataque aos militantes da oposição, é que ficou mais claro aos seus seguidores o caminho que ele escolheria. A opção de Perón pela direita ficaria definida quando ele toma posse como presidente eleito no dia 12 de outubro, após a renúncia de Héctor Cámpora¹⁹ em julho e a convocação de novas eleições presidenciais em setembro, eleições essas que Perón se postula como candidato e leva mais de 60% dos votos. Ao seu lado no novo ministério estava representada apenas a ala mais à direita do peronismo.

Frustradas as expectativas da jovem esquerda peronista de que o velho general retornaria ao seu país e daria início à construção do “socialismo nacional”, teria início o processo de ruptura política entre essa esquerda e o peronismo. Os *Montoneros* romperiam oficialmente com Perón em maio de 1974, logo após um discurso em que o general insultava a ala revolucionária do Partido Justicialista, e as guerrilhas incrementariam suas ações revolucionárias. A resposta paramilitar da direita viria através da formação da *Alianza Anticomunista Argentina*, conhecida como *Triple A*, por José López Rega, ministro e secretário pessoal do general. Com recursos oriundos do Ministério do Bem-Estar Social, cujo responsável pela pasta era López Rega, esse grupo paramilitar ilegal foi responsável pelo desaparecimento de aproximadamente 600 pessoas, e pela morte de outras 500, no período de tempo entre 1974 e 1976²⁰.

A morte de Perón, em julho de 1974, só fez aumentar a onda de violência política que assolava a Argentina. Assumiria a presidência em seu lugar Maria Estela Martínez de Perón, eleita vice-presidenta. Junto com ela viria a consolidação dos peronistas conservadores no poder, cujo expoente era o ministro López Rega, que se transformaria em

¹⁹ Cámpora, na realidade, foi uma espécie de candidato “fantoche” nas eleições de 1973, para garantir o retorno de Perón, pois o general ainda estava impedido de concorrer. No entanto, logo ficaria claro que Cámpora era muito respeitado pelos setores mais à esquerda do peronismo, que o viam como alguém que os representava.

²⁰ Números apurados pela CONADEP e incluídos no relatório *Nunca Más* em sua edição de 2006, após o trigésimo aniversário do golpe de 1976. Grupos de direitos humanos como o *Justicia Ya* sustentam que desde o dia do Massacre de Ezeiza, até a instauração da ditadura, a *Triple A* foi responsável pela morte de 1500 pessoas, desaparecimento de 900, além da prisão de outras 3000 pessoas por causas políticas. Cf. SUED, Gabriel. Hubo 600 desapariciones antes del 76. *La Nación*, Buenos Aires, 13 de jan. 2007. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/875007-hubo-600-desaparecidos-antes-del-76>. Data de acesso: 10 de out. 2011.

seu braço direito. Em 1975 os decretos anti-subversivos editados pelo governo para o combate ao foco guerrilheiro iniciado pelo ERP e pelos *Montoneros* na província de Tucumán dariam plenos poderes às Forças Armadas no combate e repressão aos opositores de esquerda²¹. O descontentamento com a política econômica do governo de Isabelita, que gerou inflação e especulação financeira, provocou uma campanha de desestabilização do governo bancada pelas corporações prejudicadas por suas medidas econômicas desastrosas. A impopularidade de seus ministros, envolvidos em escândalos de corrupção, e o quadro de violência política generalizada que estava desenhado em todo o território argentino, fez com que os militares dessem um ultimato à presidenta. No entanto, Isabelita não pôde mais contornar a situação, e o caminho para o golpe de 24 de março de 1976 estava aberto.

1.2 – O TERRORISMO DE ESTADO DURANTE O PROCESO DE REORGANIZACIÓN NACIONAL E O EXTERMÍNIO DE OPOSITORES

“Las Fuerzas Armadas desarrollarán durante la etapa que hoy se inicia una acción regida por pautas perfectamente determinadas, por mérito del orden y del trabajo, de la observancia plena de los principios éticos y morales, de la justicia, de la organización integral del hombre, del respeto a sus derechos y dignidad; así la República llegará a la unidad de los argentinos y a la total recuperación del ser nacional, metas irrenunciables para cuya obtención se convoca en un esfuerzo común a los hombres y mujeres, sin exclusiones, que habitan este suelo”.²²

Em que pese o largo histórico argentino de interferência dos militares na vida política do país, marcado por ditaduras autoritárias que censuraram e perseguiram opositores, o último golpe militar inauguraria uma era de terror jamais vista até então. O discurso ufanista inicial, lido em cadeia nacional na madrugada do dia 24 de março de 1976, fazia alusão a um “compromisso transcendental” das Forças Armadas de intervir para terminar com o “desgoverno, a corrupção, e o flagelo subversivo”. No entanto, ao final da ditadura em 1983, além das mais de 30 mil pessoas desaparecidas e das inúmeras denúncias

²¹ O Decreto “S” Nº 261 de fevereiro de 1975, assinado por Maria Estela Martínez de Perón, diz claramente em seu artigo 1º o seguinte: “El Comando General del Ejército procederá a ejecutar las operaciones militares que sean necesarias a efectos de neutralizar y/o aniquilar el accionar de los elementos subversivos que actúan en la Provincia de Tucumán”. Disponível em: http://www.elortiba.org/opind.html#El_decreto_S_N%C2%B0_261. Data de acesso: 15 nov. 2011. [Grifo meu]

²² Las Fuerzas Armadas y su determinación. *La Nación*, 25 de mar. de 1976. In: BLAUSTEIN, Eduardo. ZUBIETA, Martín. *Decíamos Ayer: La prensa argentina bajo el Proceso*. Buenos Aires, Colihue, 1998, p. 96.

de violações dos direitos humanos, a Argentina encontrava-se no seio de uma grave crise econômica, gerada pela política de loteamento do Estado aos grupos econômicos nacionais e transnacionais que davam suporte ao governo, e pela destruição da cadeia produtiva levada a cabo durante o *Proceso*. A dívida externa argentina, que era de 8 bilhões de dólares em 1975, passaria a 43,5 bilhões de dólares em 1982²³. Se o desgoverno e a corrupção não haviam sido varridos do território argentino, ao menos o “flagelo subversivo” seria eliminado, com o aniquilamento das guerrilhas e dos movimentos de oposição, através das práticas de terrorismo de Estado institucionalizadas pela ditadura militar.

Cabe aqui uma breve retomada da historiografia sobre as ditaduras de segurança nacional e o terrorismo de Estado. Nem sempre este último esteve diretamente relacionado aos regimes autoritários que se sucederam na América Latina a partir da década de 1960. O primeiro modelo explicativo de relevância que tentou sistematizar tais regimes foi a concepção do Estado burocrático-autoritário, desenvolvido pelo autor estadunidense Guillermo O’Donnell, baseado em pesquisas sobre o autoritarismo e apoiado em estudos que buscavam um “tipo ideal” através da comparação de características que absorveu múltiplas formas históricas de manifestação²⁴. Ao focar a análise nas especificidades de cada experiência autoritária, baseado em algumas características em comum (Estado tecnocrata – teoricamente neutro, acima das contradições sociais; desarticulação e exclusão dos setores populares; despolitização; aliança diversificada dos setores dominantes em volta de um projeto intervencionista civil-militar e do anti-comunismo; e a pretensão do reordenamento do *status quo* por parte dos setores populares), O’Donnell afirmou que o Estado burocrático-autoritário foi fundamental para “(...) garantir a exclusão política e econômica, para permitir as mudanças nos padrões de acumulação que se vislumbravam a partir das transformações produzidas desde o final da Segunda Guerra”²⁵. No entanto, as críticas a esse modelo explicativo se fundamentam principalmente pela pouca margem dada às contradições de classe existentes nos vários casos, e pelo grande peso dado à tecnocracia

²³ BERMUDEZ, Ismael. Martinez de Hoz y la patria financiera. *Clarín*, Suplemento Especial, 24 de mar. 2006, p. 6, *apud* FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 41.

²⁴ PADRÓS, Enrique. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. In: *Revista História e Luta de Classes*, Ano 3, Nº 4, julho de 2007, p. 45.

²⁵ *Idem*, p. 46.

civil e militar de cada país, em detrimento da importância da política externa dos EUA na estruturação desses regimes autoritários²⁶.

Outro modelo explicativo existente analisou as experiências latino-americanas baseado nas experiências fascistas europeias do começo do século XX. Este era um modelo de cunho marxista-leninista mais ortodoxo, vinculado diretamente à linha programática dos Partidos Comunistas latino-americanos. A crítica reside justamente no fato de que a transposição desse referencial teórico fascista para a realidade regional era anacrônica, inadequada e mecanicista²⁷. No entanto, pode-se destacar dos dois modelos uma característica em comum: ambos destacam o “(...) caráter inédito e global dos novos sistemas repressivos implantados na região, dentro do mesmo marco cronológico e numa escala sem precedentes na América Latina”²⁸.

Um terceiro modelo explicativo surgido posteriormente identifica as ditaduras latino-americanas das décadas de 1960 e 1970 com a DSN²⁹. Baseado nesse aporte teórico, as Forças Armadas recebem legitimidade política para intervir e “reordenar” o sistema social, combatido diante da falência das instituições representativas democrático-burguesas, e da suposta ameaça do “perigo comunista”. Para tanto, apontou para a criação de um “estado de guerra permanente”, contra um suposto “inimigo interno”, o que gerou a criação de mecanismos repressivos que atuaram em diversos níveis: contra operários, estudantes, movimentos sociais, políticos de oposição, religiosos, advogados, etc.

O terrorismo de Estado foi o instrumento utilizado pelos militares para a aplicação da DSN. Entende-se o terror de Estado como:

“(...) um modelo estatal contemporâneo que transgride os marcos ideológicos e políticos da repressão ‘legal’ (consentida pelo marco jurídico tradicional) e apela

²⁶ *Idem.*

²⁷ *Idem*, p. 46.

²⁸ *Idem.*

²⁹ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) nasce nos EUA no bojo da Guerra Fria, justificada como uma doutrina de defesa da “civilização ocidental e cristã”, a partir de uma guerra permanente e ideológica contra o comunismo. Foi citada pela primeira vez pelo presidente Harry Truman (1945-1953), que pregava que os EUA deveriam ajudar as outras nações a manter suas políticas e sua integridade nacional, a fim de impedir a expansão do comunismo soviético. A partir de então, os EUA atribuíam-se a missão de defender o “mundo livre” contra o comunismo, o que legitimou a criação de estratégias militares intervencionistas, principalmente para a América Latina, no sentido de preparar as Forças Armadas destes países para o combate contra a “infiltração” marxista, a partir da imposição de regimes autoritários, da supressão das garantias constitucionais e da imposição do terror. Cf. PASCUAL, Alejandra. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora UnB, 2004.

a ‘métodos não convencionais’, extensivos e intensivos, para eliminar a oposição política e o protesto social, armado ou desarmado’.³⁰

Dentro deste contexto, então, o aniquilamento dos opositores era fundamentalmente respaldado pelo terrorismo de Estado e pelas teorias da Guerra Revolucionária criadas pelos franceses no contexto da Guerra da Indochina e da Guerra da Argélia, e amplamente difundida nas Escolas Militares da América Latina ao longo da década de 1960, através da DSN. Consistia basicamente na eliminação física do opositor, após a extração de informações através de interrogatórios em que o uso da tortura era sistemático. Faz-se necessário nesse trabalho compreender, em linhas gerais, quais eram as estratégias de implantação do terror, e como, na Argentina, culminaram com a eliminação dos “subversivos” e a conseqüente desaparecimento dos seus cadáveres.

Segundo Caroline Bauer, por *estratégias de implantação do terror* entende-se “(...) o conjunto de práticas como o seqüestro, a tortura, a morte e o desaparecimento, assim como a censura e a desinformação, e de [suas] conseqüências, principalmente a formação da ‘cultura do medo’³¹. Cabe ressaltar que essas estratégias, como ressalta a autora, não foram uma fatalidade ou uma imposição conjuntural, mas sim uma opção tomada pelos civis e militares artífices das ditaduras de Segurança Nacional. Serviam não só como uma eliminação prática da oposição, mas também como uma forma de intimidação e submissão dos setores sociais atingidos pelos seus efeitos, o que justifica a formação da “cultura do medo”.

Tais estratégias poderiam combinar métodos legais ou ilegais de atuação, mesmo dentro da inconstitucionalidade dos regimes militares. No entanto, na Argentina prevaleceriam os métodos ilegais, que extrapolariam as leis de repressão já estabelecidas desde 1975³². Esses métodos clandestinos teriam como principal vantagem a total ausência de limites para as práticas repressivas e a garantia total de impunidade, sendo o

³⁰ BONASSO, Miguel. Prefácio. In: PIETERSEN, Jan et al. *Terrorismo de Estado: el papel internacional de EE.UU.* Navarra: Txalaparta, 1990, p. 9, *apud* PADRÓS, *op. cit.*, 2007, p. 47.

³¹ BAUER, Caroline Silveira. *Um Estudo Comparativo das Práticas de Desaparecimento nas Ditaduras Civil-Militares Argentina e Brasileira e a Elaboração de Políticas de Memória em Ambos os Países*. 2011, 446 fl. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universitat de Barcelona, Porto Alegre, Barcelona, 2011, p. 43.

³² Sobre o paralelismo entre a repressão pública e legal já instituída e a repressão clandestina e ilegal que seria sistematizada a partir do golpe de 1976 na Argentina Cf: MIGNONE, Emílio F; McDONNELL, Augusto Conte. *Estrategia Repressiva de la Dictadura Militar: la doctrina del paralelismo global*. Buenos Aires, Colihue, 2006.

desaparecimento dos cadáveres dos mortos pela repressão fundamental para isso. O informe da CONADEP de 1984, feito no momento em que as Juntas Militares responsáveis pelo *Proceso* iam a julgamento a mando do governo civil de Raúl Alfonsín, já denunciava que o desaparecimento dos corpos das vítimas do terrorismo de Estado era uma forma de paralisar as denúncias públicas, garantir o silêncio dos familiares, bloquear o caminho das investigações futuras, diluir as responsabilidades pessoais para toda a corporação militar, mas principalmente impedir que a sociedade civil manifestasse solidariedade aos desaparecidos, evitando protestos que trariam a tona tanto interna como externamente a realidade, que com o propósito de combater uma minoria “terrorista”, as Forças Armadas argentinas foram responsáveis por um verdadeiro genocídio³³.

O desaparecimento das provas dos crimes cometidos pelos militares argentinos ao longo da ditadura também eram motivados por fatores externos. O golpe militar argentino de 1976 foi o último numa série de golpes militares que instauraram ditaduras de segurança nacional e fecharam o cerco repressivo no Cone Sul, que teve início em 1964 com o golpe que derrubou João Goulart da presidência do Brasil. Em 1973, quando chegava ao fim a ditadura de Onganía e Héctor Cámpora dava a anistia aos presos políticos³⁴, implementavam-se no Uruguai (27 de junho) e no Chile (11 de setembro) suas respectivas ditaduras civil-militares. A Argentina de Perón tornava-se então a única democracia da região, para onde recorreriam centenas de milhares de exilados, criando em Buenos Aires uma comunidade no exílio de aproximadamente 500 mil pessoas³⁵. Não obstante, as experiências repressivas das ditaduras vizinhas do Brasil, Chile e Uruguai serviriam de modelo para que os militares argentinos planejassem previamente ao golpe a montagem do seu próprio aparato repressivo, e definissem quais estratégias de implantação do terror utilizariam, sendo a principal delas o extermínio. Era necessário não repetir os “erros” cometidos pela ditadura chilena, que realizava fuzilamentos em massa, transformava estádios em campos de concentração e organizava grupos de extermínio conhecidos como as *Caravanas de la Muerte*, que chamavam a atenção mundial pelas graves violações aos

³³ CONADEP. *Nunca Más*. Buenos Aires, Eudeba, 1995, p. 246-247.

³⁴ Mesmo tendo durado apenas 49 dias no poder, Cámpora concedeu anistia aos presos políticos da *Revolución Argentina* detidos na prisão de Villa Devoto, em Buenos Aires, no mesmo dia de sua posse.

³⁵ ROBIN, Marie-Monique. *Escuadrones de la Muerte: la escuela francesa*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005, p. 410, *apud* BAUER, *op. cit.*, p. 46.

direitos humanos, o que trazia problemas de toda ordem ao regime do general Augusto Pinochet.

Essa postura foi felicitada pelo governo dos Estados Unidos, como demonstra um comunicado do embaixador estadunidense em Buenos Aires ao Departamento de Estado sobre a repressão durante a ditadura militar: “(...) los derechos humanos se podrían convertir en un problema cuando los militares se empeñen en terminar con el terrorismo. Pero, hasta el momento, la Junta sigue una línea prudente y razonable, en un evidente intento de evitar ser etiquetada con un *Made in Chile*”³⁶. Uma declaração posterior do general Ramón Díaz Bessone, que fora chefe do *II Cuerpo de Ejército* e ministro do planejamento durante o governo da primeira Junta Militar, demonstra que os militares argentinos sabiam do risco dos fuzilamentos em massa, motivo pelo qual teriam optado pelas ações clandestinas:

“Por otra parte, a propósito de los desaparecidos, digamos que hubo 7.000, no creo que haya habido 7.000, pero bueno, ¿qué quería que hiciéramos?; ¿usted cree que se pueden fusilar 7.000 personas? Si hubiésemos fusilado tres, el papa nos habría caído encima como lo hizo con Franco. ¡El mundo entero nos habría caído encima! ¿Qué podíamos hacer? ¿Meterlos en la cárcel? Y después de que llegara el gobierno constitucional, serían liberados y recomenzarían...”³⁷

Com essa declaração de Díaz Bessone fica clara a opção dos militares argentinos não só de agir clandestinamente através do seqüestro e desaparecimento dos “subversivos”, mas também de exterminá-los fisicamente, e posteriormente ocultar as provas criminais. Fica clara também a aplicação fiel dos preceitos da doutrina francesa da guerra revolucionária, que ditava que após o interrogatório da vítima mediante tortura física e psicológica, e obtidas todas as informações necessárias, ela deveria ser eliminada. Esses fatores explicam o lançamento sistemático das vítimas ao mar, mortas ou vivas, um dos mais assombrosos mecanismos de extermínio utilizados pela repressão argentina, com o intuito de apagar qualquer registro do crime cometido.

O objetivo dessa explanação sobre a opção pelo extermínio de opositores políticos realizadas pelos militares argentinos está diretamente relacionado com o aparecimento dos cadáveres nas praias uruguaias e brasileiras, no período de tempo entre 1976 e 1979, que

³⁶ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *La Dictadura Militar 1976-1983: del golpe de Estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 109, *apud* BAUER, *op. cit.*, p. 47.

³⁷ ROBIN, *op. cit.*, p. 441, *apud* BAUER, *op. cit.*, p. 49.

coincide temporalmente com o *Proceso*. Vários corpos que chegaram às praias uruguaias apresentavam diversos indícios claros de serem de cidadãos argentinos, assim como os corpos que chegaram nas praias do Hermenegildo e São José do Norte, em abril de 1978, apresentavam fortes indícios de também serem de prisioneiros políticos³⁸. Por isso, é importante compreender em linhas gerais como funcionava o esquema montado pela repressão argentina responsável pelo seqüestro, desaparecimento, prisão nos chamados Centros Clandestinos de Detenção (CCD), e posterior extermínio físico dos considerados “subversivos” através do lançamento de seus corpos no mar, os chamados “vãos da morte”.

1.3 – O TERROR NA PRÁTICA

Podemos dizer então que o extermínio é o “resultado final” de uma eficaz estratégia de terror implantada pelos militares argentinos para aniquilar a oposição e anestesiar a sociedade civil. Essa estratégia foi sistematizada pela repressão, e salvo exceções, era executada através do seguinte modelo de ação: a) seqüestro ou detenção ilegal da vítima; b) privação de liberdade em CCD; c) ocultamento do local de confinamento e da situação do preso, por parte das autoridades; d) realização de interrogatórios sob uso de tortura; e) execução da vítima; f) ocultamento do cadáver e de qualquer outra informação a respeito da prisão, tortura e morte do preso nas mãos dos repressores. Já a partir do seqüestro ilegal a vítima via-se numa condição que se tornaria emblemática numa América Latina varrida de norte a sul por ditaduras de Segurança Nacional: a condição de desaparecido.

1.3.1 – O DESAPARECIMENTO, O SEQÜESTRO E A DETENÇÃO ILEGAL

O desaparecimento foi o estágio maior da política de terrorismo de Estado, visto que foi uma prática amplamente utilizada pelos agentes repressivos das ditaduras de

³⁸ Tais indícios eram: documentos e moedas de peso argentino encontrados nos bolsos das roupas dos cadáveres; maços de cigarro ou etiquetas de roupas que indicavam que a fabricação era argentina; e claros sinais de tortura e de tentativa de impedir a identificação do corpo. Mais detalhes sobre os cadáveres que chegaram às praias uruguaias e brasileiras serão dados no capítulo 2 deste trabalho.

Segurança Nacional. A desapareição de opositores políticos não era novidade para os militares latino-americanos, pois tal prática tem suas origens históricas modernas já na Espanha franquista, com os chamados *paseos*, em que membros de grupos franquistas executavam republicanos nas aldeias que conquistavam no decurso da guerra civil (1936-1939). A Alemanha nazista também utilizou tal prática, implementada através do Decreto Noite e Nevoeiro de 1942, que orientava os agentes da SS que a desapareição sem rastro de *partisans* na “noite e nevoeiro” era mais eficaz no combate à resistência nos países ocupados da Europa ocidental, pois abalava a moral da população civil que apoiava a resistência. Lição aprendida e posta em prática uma década depois pelos militares franceses nas guerras coloniais da Argélia e Indochina, que incorporaram-na à doutrina da Guerra Revolucionária e exportaram para os militares estadunidenses. Esses últimos foram responsáveis pela aplicação em massa do desaparecimento de pessoas durante a Guerra do Vietnã, e da difusão da prática entre os companheiros de farda da América Latina³⁹.

Todos os casos de desaparecimento perpetrados pelas ditaduras de Segurança Nacional foram casos de desapareição forçada, contra a vontade da vítima, e mesmo aqueles que foram detidos e liberados pouco tempo depois, ou que foram *blanqueados*⁴⁰, estiveram na condição de detido-desaparecido em algum momento⁴¹. Após o seqüestro ilegal, via de regra realizado no “nevoeiro da noite”⁴², o seqüestrado era encaminhado para um CCD, onde teria início um verdadeiro martírio, que incluiria inúmeras sessões de tortura, com a utilização sistemática da *picana* (instrumento usado para dar choques elétricos no corpo da vítima), e a total privação sensorial e motriz, pois permaneceria o tempo todo encapuzado e com as mãos amarradas. Enquanto seus familiares e seu entorno social viviam a angustiante experiência da *ausência-presença* (ou seja, não está preso nem solto, não está vivo nem morto, ninguém sabe, ninguém viu, fugiu ou se exilou?), a vítima vivia a experiência da *existência-inexistência*, pois tinha plena certeza da sua própria existência, mas ficava totalmente desamparada e à mercê dos repressores, que tinham total certeza da

³⁹ PADRÓS, *op. cit.*, 2005, p. 613.

⁴⁰ Situação em que o detido-desaparecido seqüestrado ilegalmente tem a detenção legalizada pelo Estado, e posteriormente é encaminhado aos cárceres legais e posto à disposição da Justiça Militar, transformando-se num preso político reconhecido pelo Estado. Na Argentina foram raríssimos os casos de *blanqueamento*.

⁴¹ *Ibid.*, p. 643.

⁴² Segundo a CONADEP, 62% dos seqüestros foram realizados à noite, e 38% à luz do dia. CONADEP, *op. cit.*, p. 25.

impunidade⁴³. Em depoimento à CONADEP, o médico Norberto Liwsky narra o que diziam os guardas do CCD onde esteve detido:

“El trato habitual de los torturadores y guardias con nosotros era el de considerarnos menos que siervos. Eramos como cosas. Además cosas inútiles. Y molestas. Sus expresiones: ‘vos sos bosta’. Desde que te ‘chupamos’ no sos nada. ‘Además ya nadie se acuerda de vos’. ‘No existís’. ‘Si alguien te buscara (que no te busca) ¿vos crees que te iban a buscar aquí?’. ‘Nosotros somos todos para vos’. ‘La justicia somos nosotros’. ‘Somos Dios’.”⁴⁴

Para os objetivos desse trabalho, é importante destacar dentro desse complexo sistema repressivo instaurado na Argentina após o golpe militar de 1976 o papel do CCD localizado na *Escuela de Mecánica de la Armada*, a ESMA. A principal característica desse CCD, localizado numa zona nobre de Buenos Aires, foi que além de servir como local de confinamento dos presos políticos, também ficou conhecido como o ponto de partida dos “vôos da morte”. Era da ESMA que saíam, via de regra, as vítimas que seriam lançadas vivas nas águas do Rio da Prata. Provavelmente passaram pela ESMA as pessoas cujos cadáveres chegaram no Hermenegildo e em São José do Norte no mês de abril de 1978.

1.3.2 – OS VÔOS DA MORTE

A prática de extermínio dos “vôos da morte” aplicada pela ditadura argentina já era denunciada em 1976, através da *Agencia de Noticias Clandestina* (ANCLA), criada por Rodolfo J. Walsh, um conhecido jornalista e militante da esquerda peronista que foi desaparecido pela repressão em 1977. Um informe da ANCLA de 20 de agosto de 1976, afirmava que vários detidos da ESMA teriam sido lançados ao Rio da Prata. Outro informe posterior, intitulado *Historia de la guerra sucia en Argentina*, denuncia o aparecimento de três cadáveres amarrados e mutilados nas costas uruguaias, relacionando-os com as práticas de terror instauradas pela Junta Militar⁴⁵. No entanto, o primeiro militar a confessar sua participação nos famigerados vôos seria Adolfo Scilingo, ex-capitão de corveta da marinha argentina, que numa entrevista ao jornalista Horacio Verbitsky (não por coincidência colega de Walsh na ANCLA, e substituto desse após seu desaparecimento), em 1995,

⁴³ BAUER, *op. cit.*, p. 148.

⁴⁴ *Idem*, p. 31.

⁴⁵ VERBITSKY, Horacio. *El Vuelo*. Buenos Aires: Planeta, 1995 (A), p. 84-85.

detalhou como funcionava o esquema de extermínio aplicado aos presos na ESMA. Por sua confissão, Scilingo seria condenado a 640 anos de prisão por crimes de lesa-humanidade por um tribunal espanhol em 2005, tornando-se o primeiro militar argentino a ser condenado por crimes dessa natureza por um país estrangeiro.

Segundo relata Scilingo, aos detidos selecionados previamente pelos repressores se lhes dizia que iriam realizar um traslado a outro centro de detenção ao sul da província de Buenos Aires. Com o passar do tempo o termo “traslado” passou a significar a morte entre os presos da ESMA. A denúncia de Norma Susana Burgos à CONADEP mostra o horror do dia do “traslado”:

“El día del traslado reinaba un clima muy tenso. No sabíamos si ese día nos iba a tocar o no’.
‘... se comenzaba a llamar a los detenidos por el número...’
‘Eran llevados a la enfermería del sótano, donde los esperaba el enfermero que les aplicaba una inyección para adormecerlos, pero que no los mataba. Así, vivos, eran sacados por la puerta lateral del sótano e introducidos en un camión. Bastante adormecidos eran llevados a Aeroparque, introducidos en un avión que volaba hacia el Sur, mar adentro, donde eran tirados vivos’.⁴⁶

A injeção a que se referia a vítima era uma dose de pentotal⁴⁷, administrada por um médico da Marinha, um anestésico que os deixava “como zumbis”, nas palavras de Scilingo⁴⁸. Os detidos eram transportados então das dependências da ESMA até o Aeroparque, localizado nas proximidades do CCD, e embarcados no avião, sempre arrastados pelos soldados, devido ao estado de semi-inconsciência em que se encontravam. Iam grupos de 15 a 20 pessoas por vôo, que era realizado todas as quartas-feiras⁴⁹. Quando o avião decolava, o médico naval que ia a bordo aplicava aos detidos uma segunda dose de pentotal, mais forte, que os deixava totalmente sedados. Durante o vôo, eram despidos pelos agentes a bordo, e em um determinado momento, quando o comandante do vôo desse a ordem, as portas traseiras do avião eram abertas e as pessoas eram lançadas vivas ao mar uma a uma⁵⁰. Segundo o próprio Scilingo, em torno de 4000 pessoas foram mortas dessa maneira pelos marinheiros da ESMA.

⁴⁶ CONADEP, *op. cit.*, p. 235.

⁴⁷ Jocosamente (ou morbidamente) apelidado de “pentonaval” pelos repressores.

⁴⁸ VERBITSKY, *op. cit.*, 1995 (A), p. 30.

⁴⁹ *Idem*, p. 60.

⁵⁰ *Idem*, p. 58.

Os militares da Marinha acreditavam que essa metodologia de assassinato era de alguma forma “cristã”. Esse ponto de vista foi defendido por Scilingo em seu relato a Verbitsky, e o ex-capitão de corveta afirmou em mais de um momento que os “subversivos” não desconfiavam de nada, e que nada sofriam com essa forma de morte. Essa visão era inclusive respaldada por clérigos da Igreja Católica que agiam com cumplicidade em relação aos crimes dos militares. No dia após seu primeiro vôo, Scilingo procurou o capelão da ESMA, pois “não se sentia bem”. Este tentou reconfortá-lo, justificando a eliminação dos “subversivos” em nome da guerra revolucionária, e alegando inclusive que a Bíblia previa a “eliminação do joio do trigo”⁵¹. Dado o apoio histórico da Igreja Católica aos golpes militares na Argentina, e ao caráter radicalmente anti-comunista da ala mais conservadora do catolicismo argentino, não surpreende a cumplicidade de tal capelão⁵².

É importante destacar que Scilingo não foi o único militar a relatar casos de “vãos da morte” realizados. Existem vários outros relatos, que falam de vôos realizados em outros CCD’s, como o *Campo de Mayo* em Buenos Aires, onde os detidos eram levados sem algemas e sem capuz aos aviões, eram sedados, e já a bordo os repressores faziam um corte no abdome das vítimas, para que afundassem nas águas mais rapidamente. Também há relatos sobre *La Intermedia*, de Rosario, onde após o fuzilamento de todos os detidos alguns meses antes da Copa do Mundo de 1978, os corpos das vítimas foram jogados ao mar, não sem antes terem os buracos das balas tapados com panos pelos agentes, atendendo a uma reclamação dos pilotos dos aviões⁵³.

O ponto de lançamento dos detidos ao mar nunca foi muito preciso. No entanto, como relatou o cabo Raúl Villariño, após a aparição dos corpos nas praias de Quilmes e Montevideu, os militares começaram a lançar os corpos mais longe da costa, “(...) así los cadáveres molestos no volvían a aparecer”⁵⁴. Mas os corpos voltariam a retornar. Muitas vezes, e em distintos lugares, como na praia de Santa Teresita, na província de Buenos

⁵¹ *Idem*, p. 38-39.

⁵² Inclusive houve casos de clérigos que cometeram crimes de lesa-humanidade, como o padre Christian Von Wernich, denunciado pela CONADEP em 1984 e condenado à prisão perpétua em 2007 pela participação em 37 casos de privação ilegal de liberdade, 31 casos de tortura e 7 homicídios qualificados.

⁵³ MARTÍNEZ, Diego. Fuimos Todos. *Página/12*, Buenos Aires, 6 de set. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/131277-42284-2009-09-06.html#arriba>. Data de acesso: 7 de out. 2011.

⁵⁴ *Idem*.

Aires, ou nos departamentos uruguaios de Maldonado e Rocha, e até na longínqua praia do Hermenegildo, no estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

2. OS CORPOS NAS PRAIAS

Os cadáveres que apareceriam ao longo da costa do Rio da Prata a partir de março de 1976 seriam o “estágio final” da prática de extermínio lançada mão pela ditadura

argentina. O lançamento de pessoas desaparecidas ao mar faria parte da estratégia de ocultar qualquer prova dos crimes cometidos pela repressão, respeitando a consigna do “não há corpo, não há crime”. Seria o ápice da lógica da impunidade que impulsionava as ações repressivas do regime terrorista implementado pelo *Proceso de Reorganización Nacional*.

Provavelmente muitos corpos de vítimas do terrorismo de Estado argentino ainda estejam depositados nas águas do Rio da Prata, mas um número significativo foi trazido à costa pelas marés na época, marés estas que não respeitaram limites políticos e também levaram cadáveres à costa uruguaia e brasileira, extrapolando também os limites físicos do próprio Rio da Prata. Continuando dentro dos objetivos propostos por esse trabalho, é importante destacar o aparecimento dos corpos na Argentina, no Uruguai e no Brasil, os procedimentos levados a cabo pelas autoridades militares dos três países, as denúncias feitas na época e posteriormente, e o destino final dado aos restos mortais das vítimas exterminadas pela ditadura argentina. As reações e as versões das autoridades dos outros dois países envolvidos (Uruguai e Brasil), e a conivência destas com o ocultamento das provas desse crime de lesa-humanidade – incluindo o silêncio e o esquecimento do cadáver encontrado no dia 11 de abril de 1978 na praia do Hermenegildo, em Santa Vitória do Palmar, e o de São José do Norte seis dias depois – serão analisadas no capítulo três desse trabalho.

2.1 – OS CORPOS NAS PRAIAS ARGENTINAS

“Nosotros queremos lograr que estos cuerpos, algún día, puedan llegar a tener una identidad, un nombre, un lugar en el mundo, que alguien les pueda llevar una flor...”⁵⁵

Essas foram as palavras da estudante Berta Chudoba, de 15 anos, de uma escola da localidade de Verónica, a cem quilômetros de La Plata, ao resumir o objetivo de seus colegas que, em 2006, realizaram um vídeo sobre os corpos que chegaram às praias da região durante a ditadura, com relatos da população local sobre os acontecimentos dessa época de terror. O vídeo, realizado por um grupo de 16 estudantes do ensino médio coordenados pelo professor da disciplina de Cultura e Comunicação, foi apresentado à

⁵⁵ BADENES, Daniel. La historia de cuerpos aparecidos en las costas rioplatenses – Rio Revolto. *La Pulseada*, Nº. 37, La Plata, 2006, p. 4. Disponível em: <http://ow.ly/7zZ1K>. Data de acesso: 23 out. 2011.

comunidade numa data extremamente simbólica, o 24 de março de 2006, aniversário de trinta anos do golpe militar, e foi de extrema importância no resgate da memória silenciada pelos moradores que testemunharam os fatos ocorridos, mas que ainda silenciavam, incutidos pelo medo, uma das mais nefastas consequências do terror de Estado. Ao longo de várias localidades costeiras da região de La Plata existem diversos corpos enterrados nos cemitérios com a marca “NN” (*Ningún Nombre*), provavelmente de desaparecidos.

Como dito anteriormente, a denúncia da prática dos “vôos da morte” já era feita ainda durante a ditadura militar. Rodolfo Walsh já falava dos corpos que chegavam às praias uruguaias em 1976. Mas a principal denúncia documentada sobre esses corpos seria feita em 1980 por Daniel Rey Piuma, marinheiro uruguaio desertor e ex-agente de inteligência da *Prefectura Nacional Naval* (PNN), que se refugiou na Europa e trouxe a público documentos sobre a aparição dos cadáveres nas margens orientais do Rio da Prata. No entanto, os restos mortais que apareceram nas praias argentinas e foram enterrados como anônimos permaneceriam no esquecimento por mais de duas décadas.

Em 2001, alunos do curso de Comunicação da Universidade Nacional de La Plata realizaram junto com o professor Pablo Torello o primeiro documentário investigativo sobre a aparição dos cadáveres ao longo da região de La Plata. Com o nome de *Playas del Silencio* (reeditado em 2005 como *Historias de Aparecidos*⁵⁶), o documentário entrevistou policiais, bombeiros, coveiros e moradores dos balneários de Santa Teresita, Mar de Ajó e San Clemente, além de sobreviventes do terrorismo de Estado como Adolfo Pérez Esquivel, e ativistas de direitos humanos como Estela de Carlotto, que teceram o paralelo fundamental entre os “vôos da morte” e a aparição dos cadáveres no mar. Segundo os relatos divulgados pelo documentário, os corpos que chegavam nas praias, via de regra, eram noticiados à polícia, que abria inquérito e recorria aos bombeiros – responsáveis na região pelo trabalho de salva-vidas – para que os levassem ao hospital local. Já no outro dia eram levados por caminhões municipais para serem enterrados no cemitério da região, em fossas comuns. Bombeiros voluntários de Santa Teresita relataram que recolheram ao redor de 33 cadáveres desnudos, “sin genitales, algunos cráneos presentaban signos de haber sido ejecutados. Muchos estaban destrozados, los pechos cortados, atados, quemadas las yemas

⁵⁶ A edição de 2005 do documentário gravado por Torello está totalmente disponível no site www.youtube.com, dividido em 10 partes.

de los dedos. Faltaban partes de las dentaduras”⁵⁷. Já um coveiro do cemitério de General Lavalle relatou que quando chegavam os corpos nos caminhões municipais, era o pessoal mesmo da prefeitura que cavava as fossas comuns onde seriam sepultados.

Segundo Torello em entrevista ao *Página/12*, os inquéritos abertos geralmente atribuíam a aparição dos restos mortais nas praias a algum naufrágio que tivesse ocorrido na região. Mesma atitude seria tomada pelo governo uruguaio, ao explicar à imprensa a origem dos corpos que apareceram na mesma época em Montevideu. Práticas recorrentes das ditaduras militares do cone sul, as chamadas *carnes podridas*, fatos e versões inverídicas dos acontecimentos vendidas à imprensa apoiadora, que serviriam para dissuadir a opinião pública de questionar sobre o verdadeiro significado dos acontecimentos. Outro fator a ressaltar era a quase inexistente tentativa de identificar o cadáver por parte das autoridades competentes, o que justifica a sumária inumação. Situação que se verificaria também tanto no Uruguai como no Brasil.

Mas a impunidade da repressão às vezes deixa rastros, como afirma Torello na citada entrevista. No Uruguai deixaria os registros documentais que viriam a público com a denúncia de Rey Piuma. No Brasil, os registros feitos pelo repórter Jurandir Silveira e posteriormente por Tito Tajés. Na Argentina, os livros de sepultura do cemitério de General Lavalle consultados pelos alunos de Torello, que denunciam o expressivo aumento da inumação de cadáveres NN entre os anos de 1976, 1977 e 1978. Segundo Daniel Badenes, do periódico *La Pulseada*, nos cemitérios de La Plata e Magdalena também existem corpos sem identificação, e citando um levantamento feito ainda nos anos 1980 pela Subsecretaria de Direitos Humanos, diz que:

“(…) el número de cadáveres NN de los distintos cementerios del país se había duplicado o triplicado entre 1976 y 1977. Además, mientras las víctimas de 20 a 25 años nunca superaron el 15 por ciento de esa población, en ese período se convirtieron en más de la mitad de los enterrados sin nombre. En La Plata llegaron a haber 500 tumbas NN, aunque nunca se investigó exhaustivamente cuántas correspondían a desaparecidos.”⁵⁸

As questões levantadas pelos alunos da Universidade de La Plata e que resultaram no documentário *Playas del Silencio* despertaram uma série de ações por parte da sociedade civil com o intuito de desvendar a história por trás das tumbas NN dos cemitérios do litoral

⁵⁷ RANZANI, Oscar. Pablo Torello y el Documental Historias de Aparecidos. *Página/12*, Buenos Aires, 22 de jul. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/5-14656-2009-07-22.html>. Data de acesso: 26 de out. 2011.

⁵⁸ BADENES, *op. cit.*, p. 2.

de Buenos Aires. Outros documentários foram realizados com o mesmo tema, inclusive por alunos de escolas locais, que foram fundamentais para o rompimento de um silêncio de mais de duas décadas por parte das testemunhas.

A divulgação da existência dos cadáveres NN nos cemitérios bonaerenses despertou também o interesse da justiça, no marco das investigações sobre os crimes de lesa-humanidade cometidos pela ditadura e levadas a cabo pelo poder judiciário a partir de 2003, impulsionadas principalmente pela vontade política do executivo a mando do presidente Néstor Kirchner, de derrubar as “leis de impunidade” e julgar os acusados. Através das exumações feitas pelo EAAF (*Equipo Argentino de Antropología Forense*) a mando da justiça, em 2005 foram reconhecidos, por exame de DNA, os corpos da freira francesa Léonie Duquet, e de Azucena Villaflor de Vicenti, Esther Ballestrino de Careaga, María Ponce de Bianco e Angela Auad, fundadoras das *Madres de la Plaza de Mayo*. Todas foram seqüestradas numa igreja de Buenos Aires por agentes da ESMA em 10 de dezembro de 1977, durante uma reunião de ativistas de direitos humanos que organizavam um reclamo público pela liberdade dos detidos-desaparecidos. Esse seqüestro ficaria célebre, pois envolveria além do desaparecimento das *madres* fundadoras e outros 10 ativistas, o das freiras Duquet e Alice Domon⁵⁹, ambas cidadãs francesas, o que geraria fortes protestos contra o governo argentino na França. Na famosa operação participaram os integrantes do *Grupo de Tareas 3.3.2* da Marinha, a mando de Jorge “*El Tigre*” Acosta, e com a fundamental atuação de Alfredo Astiz, que se infiltrou entre o grupo de ativistas passando-se por um familiar de desaparecido, para colher informações para os serviços de inteligência, e que inclusive chegaria a ficar conhecido carinhosamente entre as *madres* como “*el rubito*”. No decorrer da composição desse trabalho, no dia 26 de outubro de 2011, Astiz e Acosta seriam condenados pelo Tribunal Oral Federal 5, juntamente com outros doze ex-militares ligados à ESMA, à pena de prisão perpétua por crimes de lesa-humanidade, incluindo o seqüestro, a tortura e a execução das monjas francesas e das *madres* fundadoras da Praça de Maio, na primeira sentença da chamada *Megacausa ESMA*, que julga os responsáveis pelos crimes cometidos na Escola de Mecânica da Armada⁶⁰.

Importante ressaltar, por fim, como a recuperação dos restos mortais das *madres* fundadoras e da freira francesa comprova indubitavelmente a existência dos “vãos da

⁵⁹ O corpo de Alice Domon continua desaparecido até hoje.

⁶⁰ PÁGINA/12, *op. cit.*, 2011.

morte”. Além do fato de terem sido presas em Buenos Aires, mas seus corpos encontrados no cemitério de General Lavalle, cidade litorânea da província, o relatório do EAAF é taxativo ao afirmar que as fraturas encontradas nos restos ósseos “(...) son compatibles con la caída desde una altura determinada y el impacto contra un cuerpo duro”⁶¹, ou seja, provavelmente vítimas que foram lançadas de aviões e sofreram fraturas múltiplas ao chocarem-se com o mar. Outros corpos de desaparecidos também foram reconhecidos através das investigações do EAAF, que desde a sua fundação em 1984 já identificou 120 corpos, demonstrando a importância da antropologia forense no resgate da história dos desaparecidos, e na comprovação dos crimes do terrorismo de Estado⁶².

2.2 – OS CORPOS NAS PRAIAS URUGUAIAS

“(…) como les jodimos la vida a ustedes”⁶³

Assim disse, entre uma cerveja e outra, o cabo Víctor Pena, funcionário do serviço de inteligência da *Prefectura Naval Argentina* (SIPNA), aos colegas da *Prefectura Nacional Naval* uruguaia (PNN), referindo-se aos corpos de desaparecidos lançados ao mar pela repressão argentina e que tanta “dor de cabeça” davam aos companheiros de farda do outro lado do Rio da Prata. Entre abril de 1976 (mês seguinte ao golpe na Argentina) e 1979, chegariam à costa uruguaia pelo menos 24 corpos, todos com fortes indícios de serem de desaparecidos. Alguns inclusive chegariam a ser reconhecidos, como o de Floreal Avellaneda, adolescente de 15 anos que foi seqüestrado e desaparecido em 15 de abril de 1976 em Buenos Aires, e seu corpo encontrado boiando no Rio da Prata em 14 de maio por um navio uruguaio⁶⁴. Mas o destino da maioria deles seriam as tumbas NN dos cemitérios uruguaiois.

Os acontecimentos envolvendo os cadáveres do Rio da Prata tornar-se-iam públicos no Uruguai à época. Haveria inclusive cobertura da imprensa, com fotos, mapas e

⁶¹ MARTÍNEZ, Diego. Los vuelos probados. *Página/12*, Buenos Aires, 7 de set. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/131334-42294-2009-09-07.html>. Data de acesso: 7 de out. 2011.

⁶² Sobre a arqueologia forense: FUNARI, Pedro Paulo A. ZARANKIN, Andrés. REIS, José Alberioni dos. *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras* (décadas de 1960-1980). São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

⁶³ PIUMA, Daniel Rey. *Los Crímenes del Río de la Plata*. Córdoba: El Cid, 1984, p. 70.

⁶⁴ PIUMA, Daniel Rey. *Un Marino Acusa*. Montevideo: Tupac Amarú Editores, 1988, p. 143.

divulgação de versões sobre o ocorrido⁶⁵. Tanto que a ocorrência da chegada de cadáveres do outro lado do rio repercutiria na Argentina, como mostram as denúncias da ANCLA e a *Carta Abierta de un Escritor a la Junta Militar* de Rodolfo Walsh, divulgada no primeiro aniversário do golpe militar argentino, em 1977⁶⁶. No entanto, somente com as denúncias de Daniel Rey Piuma, que incluíam além de documentos sobre os corpos encontrados (principalmente fotos e autópsias), depoimentos de agentes repressores envolvidos, como o do cabo Víctor Pena, que viriam a público os meandros das operações de encobrimento da origem desses cadáveres por parte das autoridades navais uruguaias, dando continuidade à tentativa de ocultar as provas dos crimes cometidos pela ditadura amiga do país vizinho, e perpetuando o ciclo de impunidade perpetrado pelo terrorismo de Estado argentino.

2.2.1 – AS DENÚNCIAS DE DANIEL REY PIUMA

Piuma tinha 19 anos na época que ingressou na PNN⁶⁷ como funcionário administrativo. Realizou o curso de Instrução Naval Militar e foi designado para trabalhar no Departamento II do DIPRE (*División Investigaciones e Inteligencia de la Prefectura Nacional Naval*). Cabe salientar que durante boa parte da história uruguaia, a PNN dedicou-se exclusivamente ao combate do contrabando marítimo, exercendo o controle do porto de Montevideú. Posteriormente assumiu a função de salva-vidas nos balneários uruguaios, atividade exercida majoritariamente por civis incorporados aos seus quadros. No entanto, a partir da década de 1960, o Estado uruguaio foi aperfeiçoando os métodos repressivos de todos os organismos policiais e militares do país dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional, e a PNN não ficaria à margem disso. Dessa forma é criado o Corpo de Polícia Marítima e o Serviço de Segurança Portuária, ambos subordinados à PNN, e que tinham como objetivo reprimir as greves dos portuários. A intervenção destes órgãos de segurança nas greves portuárias seria frequentemente violenta,

⁶⁵ Uma breve análise sobre as versões dadas pela imprensa à época e as chamadas *carnes podridas* será feita no capítulo 3 deste trabalho.

⁶⁶ Na sua *Carta Abierta* Walsh já denuncia a aparição do cadáver de Floreal Avellaneda em águas uruguaias. Cf: WALSH, Rodolfo. *Carta Abierta de un Escritor a la Junta Militar*. Buenos Aires: s.n., 1977. Disponível em: <http://www.fmmeduacion.com.ar/Historia/Documentoshist/1977walsh.htm>. Data de acesso: 26 out. de 2011.

⁶⁷ Para fins de esclarecimento, pode-se dizer que a *Prefectura Nacional Naval* do Uruguai equivale, no Brasil, à Capitania dos Portos.

com o uso de porretes e gases irritantes providos, segundo o mesmo Piuma, pela Marinha dos Estados Unidos⁶⁸. Já a partir da década de 1970 a PNN começa a realizar operações de inteligência, principalmente com o recrudescimento no combate à guerrilha urbana. Com o golpe civil-militar perpetrado por Juan María Bordaberry em 27 de junho de 1973, há uma profunda modificação nos órgãos de segurança, tanto no plano doutrinário como no operacional, que culminará, no caso específico da PNN, com sua militarização total. Em 1974 o Corpo de Polícia Marítima passa a ser a *Compañía de Infantes de Marina*, e em 1975 o Serviço de Segurança Portuária passa a ser o DIPRE, órgão que seria diretamente responsável por ações de inteligência da PNN, e por consequência, pela repressão. Seria então no Departamento II, responsável pela parte “técnica” das ações de inteligência, que Piuma desempenharia funções desde seu ingresso na PNN até a deserção, em 1980.

Importante compreender as funções exatas desempenhadas pelo ex-marinheiro dentro da inteligência naval uruguaia, pois seu livre acesso aos arquivos produzidos pela repressão seria justamente o que lhe permitiria realizar as denúncias de violações dos direitos humanos por parte da PNN. O Departamento II do DIPRE seria o responsável pelo fichamento de todos os civis e seus familiares que de alguma maneira tivessem vinculação com a Prefeitura Naval, pela realização de planimetria e desenho (funções de apoio às ações de inteligência, que incluíam croquis, planos, falsificação de assinaturas e de documentos, etc.), pelas atividades relacionadas à utilização de imagens (laboratório fotográfico), e por fim, pela seção de perícia e informes técnicos⁶⁹. Piuma estaria então, durante seus três anos de serviço à PNN, no cérebro de um dos órgãos da repressão, e com base em suas denúncias documentadas, pôde-se revelar as entranhas da impunidade dentro da Marinha uruguaia.

Além da denúncia sobre os corpos que chegaram às praias uruguaias, Piuma também denunciou uma série de casos de seqüestro e tortura envolvendo a PNN e seus agentes. Torna-se fundamental então conceber a *Prefectura Nacional Naval* como um órgão de repressão com certo grau de autonomia dentro do complexo repressivo uruguaio, isso porque sua jurisdição sempre foi bastante elástica, abarcando ilhas, rios, lagunas e costas marítimas até 150 metros terra adentro⁷⁰, abrangendo quase todo o território

⁶⁸ PIUMA, *op. cit.*, 1988, p. 24.

⁶⁹ *Idem*, p. 31.

⁷⁰ *Idem*, p. 19.

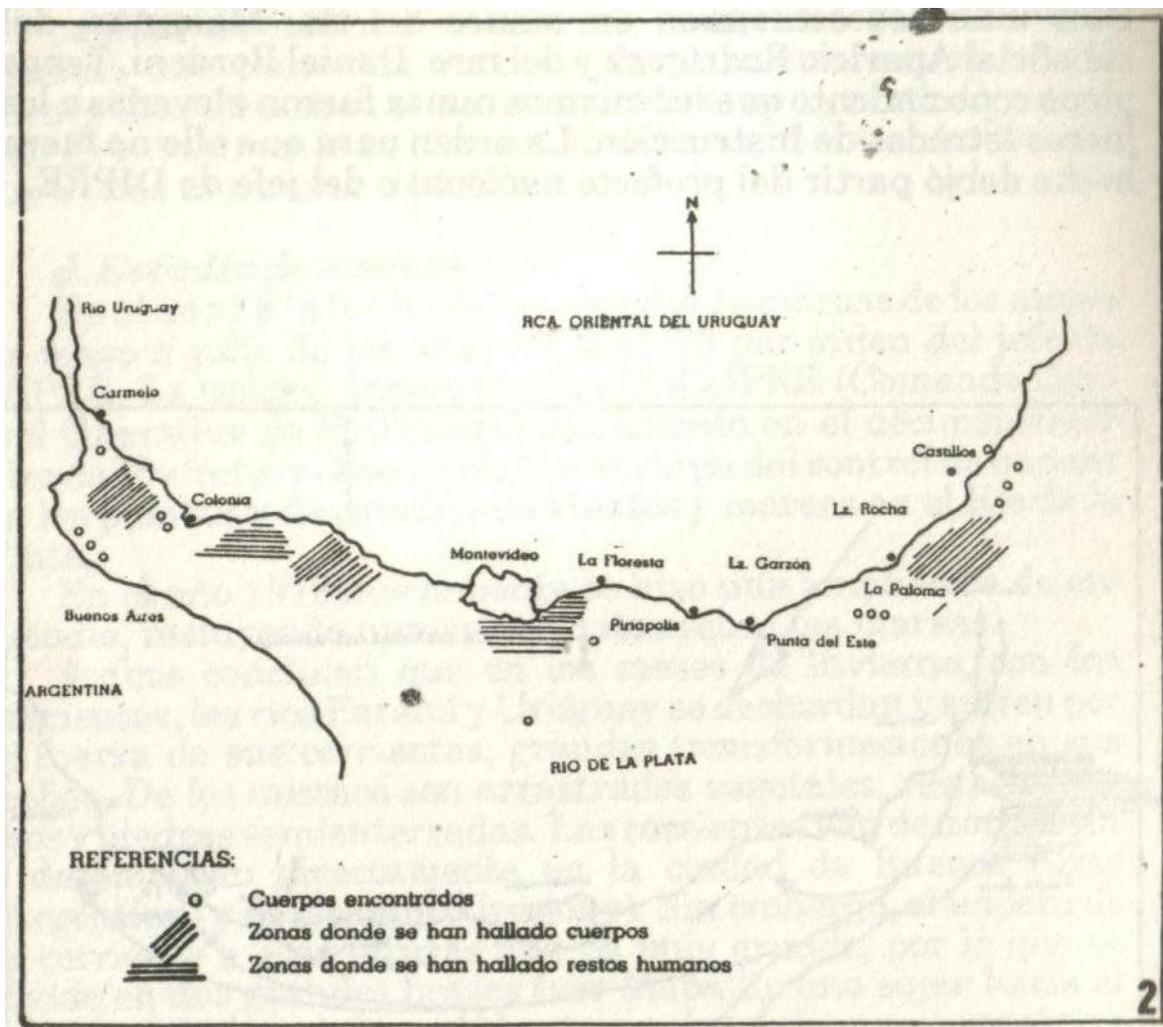
uruguaio. Tal “autonomia de ação” é salientada por Piuma, que afirma que diferentemente da Marinha, que torturava quase que exclusivamente detidos por causas políticas, as unidades da PNN “(...) torturan indiscriminadamente a detidos por delitos incluídos en el fuero militar y por los incluídos en el fuero común (robos, prostitución, homicídios, etc.)”⁷¹. Seus métodos de tortura eram bastante semelhantes aos que seriam colocados em prática pelos colegas de farda argentinos, incluindo o protagonismo da *picana* elétrica. Tudo encoberto e garantido pelas “leis do silêncio” entre os militares, que faziam questão de compartilhar as culpas entre todos, diluindo assim as responsabilidades pessoais a toda corporação. Pelas denúncias de Piuma podemos afirmar então que alguns agentes da PNN agiam como uma verdadeira quadrilha, praticando roubos, contrabandos, tráfico de drogas, violência sexual, apologia ao nazismo, entre outros crimes, todos amparados pelo largo guarda-chuva da impunidade garantida pela ditadura de Segurança Nacional uruguaia, em nome do combate à “subversão”.

Os documentos que Piuma coletou sobre os corpos do Rio da Prata foram obtidos principalmente através de material classificado, que ele tinha acesso nos arquivos do DIPRE. Para não levantar suspeitas, colocava os microfilmes na sola dupla de uma bota⁷². Mesmo assim, acabou levantando suspeitas ao entrar em contato com alguns detidos políticos, o que fez com que perdesse o acesso aos materiais classificados. Pediu baixa em junho de 1980, mas teve o pedido negado, o que acabou precipitando sua deserção e fuga para o Brasil no mesmo ano.

ANEXO I

⁷¹ *Idem*, p. 53.

⁷² PIUMA, *op. cit.*, 1984, p. 22.



Mapa dos locais onde foram encontrados os corpos e restos humanos no litoral uruguaio, de autoria de Daniel Rey Piuma

Fonte: PIUMA, Daniel Rey. **Un Marino Acusa**.
Montevideo: Tupac Amará Editores, 1988, p. 126.

Em seu livro *Un Marino Acusa*, o ex-marinheiro relata detalhadamente a aparição de vinte corpos entre 1976 e 1979, inclusive com reprodução dos documentos originais. Por

fim, faz um apanhado de detalhes comuns entre as circunstâncias as quais os corpos foram encontrados:

Hay muchos elementos comunes en el hallazgo de los cuerpos en el Rio de la Plata. Ellos son los siguientes:

1. Solamente han sido encontrados en la franja costera uruguaya que va desde el departamento de Colonia al de Rocha, y en las proximidades de la ciudad de Buenos Aires.
2. Por lo general, al hallazgo de los cuerpos precedían tormentas y fuertes vientos.
3. Casi todos los cadáveres fueron hallados tras ligeras bajantes del Rio. Los encontrados flotando son los menos.
4. Los restos óseos fueron encontrados por dragas, o enterrados en la arena.
5. Los descubrimientos de los cuerpos cubren los meses de mayo, junio y julio (fin de otoño e invierno) solamente, mientras los restos óseos fueron encontrados en otros meses.⁷³

E também ressalta as características comuns do estado em que se encontravam os corpos:

Entre los elementos comunes que tienen los cuerpos hallados se destacan los siguientes:

1. Pertenecen a ambos los sexos y sus edades oscilan entre los 19 y los 35 ó 40 años.
2. La casi totalidad de los cuerpos evidenciaban señales de haber tenido sus miembros atados entre sí y con pesos para evitar que flotarían.
3. Todos muestran señales de tortura y algunos de violaciones.
4. Algunos pudieron haber encontrado la muerte antes de ser arrojados a las aguas, por extremadas señales de violencia que presentan.
5. Ningún cuerpo presentaba elementos que pudieran conducir a la determinación de su identidad. Inclusive los últimos dos encontrados tenían sus rostros quemados con soplete.
6. Pocos cuerpos tenían ropa o restos de ellas.
7. La mayoría tenía una permanencia en las aguas mayor a los diez días.⁷⁴

É possível ressaltar mais algumas características dos achados arrolados por Piuma:

a) A primeira é a idade presumida das vítimas, bastante semelhante aos “NN” que foram registrados nos livros de sepultamento dos cemitérios argentinos. Comparando com os dados da CONADEP, mais de 32% dos desaparecidos que constavam no arrolamento feito pela comissão em 1984 possuíam de 21 a 25 anos, e mais de 25% possuíam de 26 a 30 anos⁷⁵.

⁷³ PIUMA, *op. cit.*, 1988, p. 119.

⁷⁴ *Idem.*

⁷⁵ CONADEP, *op. cit.*, p. 294.

b) Os sinais de tortura seriam identificados em praticamente todos os corpos encontrados tanto na Argentina, como no Uruguai e no Brasil – o corpo que apareceu no Hermenegildo em 1978 apresentava fraturas no braço esquerdo, segundo a necropsia, como será exposto mais adiante. As fotos e as autópsias retratam violações sexuais em diversos casos, inclusive nas vítimas do sexo masculino.

c) Referente às marcas de violência, chama atenção também que muitos apresentam sinais de terem tido braços e pernas amarrados, e Piuma relata que análises feitas pela Polícia Técnica nos restos de arame e corda encontrados junto com os corpos comprovam que não eram de fabricação uruguaia⁷⁶.

d) As evidências que poderiam ajudar na identificação dos corpos eram sumariamente descartadas pelas autoridades, e inclusive nos casos em que ainda era possível obter a impressão digital da vítima, havia negligência. Um número bastante significativo apresentava os dedos das mãos decepados, assim como um grande número também apresentava ausência dos órgãos sexuais – como o caso do cadáver do Hermenegildo – e inclusive um cadáver do sexo masculino encontrado em Rocha, no dia 9 de abril de 1979, apresentava sinais de que a parte superior da cabeça poderia ter sido queimada com maçarico, segundo a interpretação do ex-marinheiro⁷⁷.

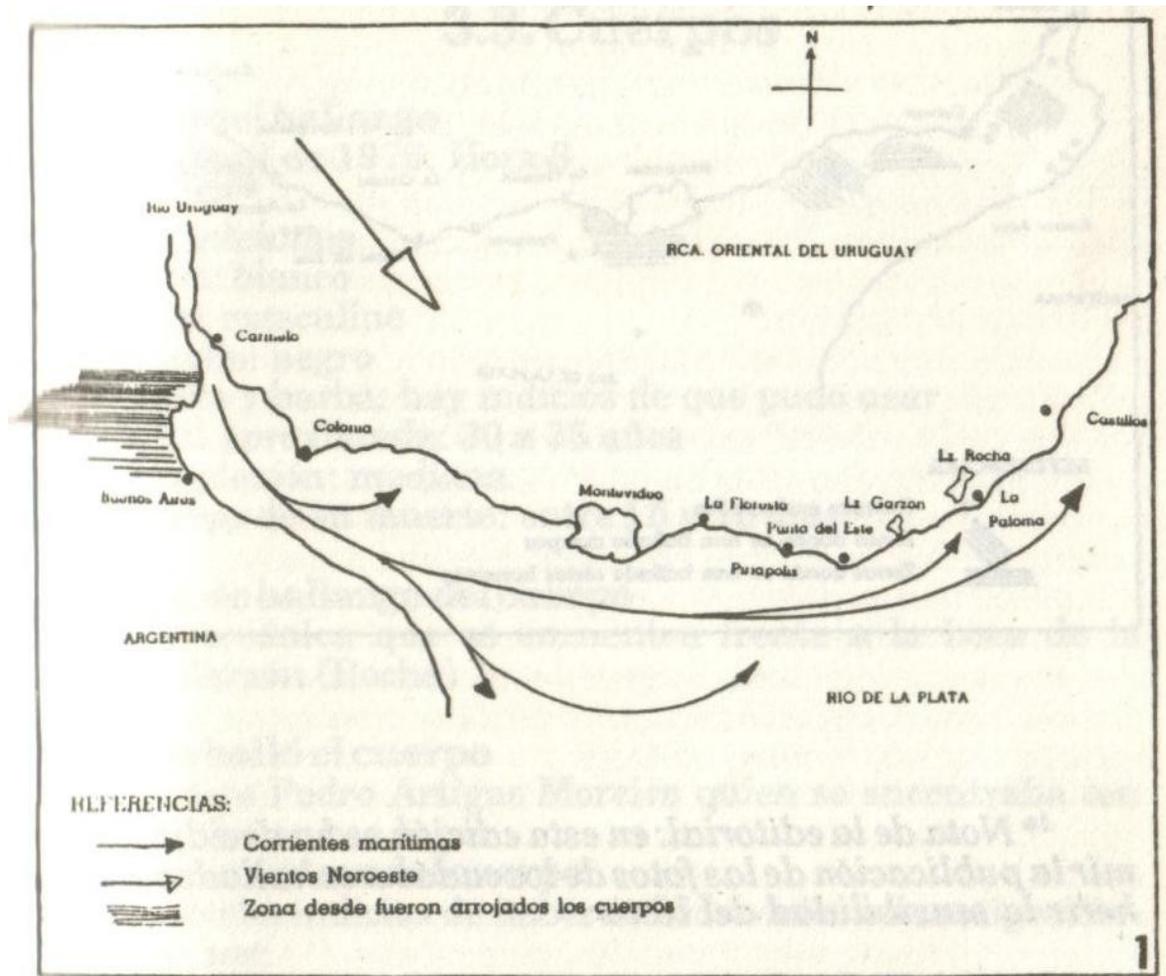
e) Por fim, inúmeros cadáveres apresentavam claros indícios de sua procedência argentina. É o caso das roupas encontradas junto a alguns corpos, cuja etiqueta indicava que tinham sido fabricadas no país vizinho. No bolso de um dos achados de Colonia foi encontrado um documento de identidade emitido pela Polícia Federal Argentina, no nome de Maria Cristina Cámpora, natural de San Juan. E em pelo menos outros dois casos foram encontrados nos bolsos das vítimas moedas de peso argentino.

Uma última consideração sobre as denúncias feitas pelo ex-marinheiro uruguaio, e que pode ajudar a elucidar a chegada dos corpos das vítimas do terror de Estado argentino no litoral sul do Rio Grande do Sul, é um estudo sobre as marés do Rio da Prata, feito pelos técnicos da PNN em 1978, ao qual Piuma também teve acesso. Segundo esse estudo, nos meses de inverno, há uma substancial subida do nível das águas dos rios Paraná e Uruguai – os dois principais rios que formam o estuário do Rio da Prata – o que provoca grandes

ANEXO II

⁷⁶ PIUMA, *op. cit.*, 1984, p. 62.

⁷⁷ PIUMA, *op. cit.*, 1988, p. 179.



Mapa das correntes marítimas do Rio da Prata, de autoria de Daniel Rey Piuma

Fonte: PIUMA, Daniel Rey. **Un Marino Acusa.**

Montevideo: Tupac Amarú Editores, 1988, p. 125.

transformações em seus leitos. A correnteza arrasta vegetais, restos calcários e pedras semi-enterradas do leito destes rios em direção norte-sul, desembocando diretamente em Colonia

e Buenos Aires. A partir daí, as correntes dividem-se em duas direções: uma que vai para o sul, costeando o litoral da província de Buenos Aires e atingindo as praias da região de La Plata, até terminar no Oceano Atlântico; a outra segue para o sudeste, e por efeito de correntes oceânicas quem vêm em direção inversa, vai costeando o litoral sul uruguaio, até o departamento de Rocha, quando termina também no oceano. Esse movimento das marés é o responsável pela chegada de sedimentos encontrados nos rios Uruguai e Paraná nas praias uruguaias, geralmente após fortes ressacas⁷⁸. Alguns desses despojos dos rios também são encontrados nas praias do litoral sul gaúcho. Em 1978, além de sedimentos, as correntes marítimas levariam o corpo de duas das vítimas argentinas a encontrar seu destino final em praias brasileiras.

2.3 – OS CORPOS NAS PRAIAS BRASILEIRAS

“No Rio Grande do Sul, na área do farol do Albardão, em Santa Vitória do Palmar (a 496 quilômetros de Porto Alegre), e em São José do Norte (a 326 quilômetros) apareceram também os restos mutilados de duas pessoas não identificadas, em abril de 1978. Seriam argentinos? Tudo indica que sim.”⁷⁹

Assim o jornalista Tito Tajés começa a contar a história do encontro de um cadáver próximo ao Farol do Albardão, em Santa Vitória do Palmar, em uma reportagem feita para o jornal carioca O Globo, provavelmente em 1985, que nunca chegou a ser publicada. Tajés era um experiente jornalista, nascido em Santa Maria em 1933, que trabalhou em importantes jornais como a Última Hora e o Correio do Povo, onde viajou o mundo em diferentes missões. À época da reportagem citada, Tajés era chefe da sucursal de O Globo em Porto Alegre. Faleceu em 1995, vítima de um infarto, deixando um importante legado ao jornalismo gaúcho. Uma praça no bairro Tristeza, em Porto Alegre, leva seu nome em homenagem ao seu trabalho.

Uma cópia da citada reportagem de nove laudas escritas à máquina em folhas pautadas, com uma série de correções feitas à mão pelo próprio jornalista – que demonstram um apurado cuidado por parte de Tajés com o texto, sempre muito claro e objetivo – foi guardada no acervo do Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH), em

⁷⁸ *Idem*, p. 124.

⁷⁹ TAJES, Tito. [Sem Título]. [S.l.: s.n., 1985?], p. 1.

Porto Alegre, após a recusa de sua publicação por parte de O Globo⁸⁰. Junto a ela no MJDH estão também as fotos tiradas do cadáver pelo repórter fotográfico Jurandir Silveira, da Companhia Jornalística Caldas Júnior, que cobria o fenômeno da maré vermelha no dia da aparição do corpo no Hermenegildo. As fotos de Silveira também jamais seriam publicadas nos jornais.

Em abril de 1978, motivados pela “maré vermelha” – fenômeno natural que consiste na aglomeração de algas na superfície das águas, liberando toxinas que causam a mortandade em massa de peixes, mariscos, pingüins e lobos-marinhos – muitos repórteres acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos no Hermenegildo. A cobertura jornalística daria amplo destaque à tragédia ecológica da “maré vermelha”, transformando-se num marco da discussão dos problemas ambientais no estado do Rio Grande do Sul. Apesar da presença dos jornalistas, que registrariam a aparição dos corpos, não haveria maiores repercussões na imprensa à época. Tajés afirma que:

“O aparecimento desses dois corpos no litoral gaúcho, no mesmo período em que outros quatro chegavam à costa uruguaia, não repercutiu por várias razões. A censura à imprensa era muito forte naquela época e desencorajava a incursões maiores.”⁸¹

Em 1978 ainda vigorava o famigerado Ato Institucional nº 5 em todo o território nacional, promulgado pelos militares em 1968 durante a presidência do general Arthur da Costa e Silva, em resposta às manifestações da sociedade civil contrárias à ditadura militar instaurada em 1964. Entre outras medidas de cunho autoritário, o AI-5 em seu artigo 5º suspendia os direitos políticos dos cidadãos brasileiros, incluindo a proibição de “atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política”⁸². A partir de então, haveria um recrudescimento da censura na imprensa. Certamente o aparecimento de cadáveres

ANEXO III

⁸⁰ Recusa essa que se deu sem nenhuma justificativa por parte da direção do jornal carioca.

⁸¹ TAJÉS, *op. cit.*, p. 2.

⁸² SENADO FEDERAL. Subsecretaria de Informações. *Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Brasília: 13 dez. de 1968. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s. Data de acesso: 5 de nov. de 2011.



Cadáver desconhecido do Hermenegildo

Foto de Jurandir Silveira, da Companhia Jornalística Caldas Júnior – abril de 1978

Fonte: PADRÓS et. al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor)**. Porto Alegre: CORAG, 2010.

suspeitos nas praias do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que também apareciam no Uruguai, era um assunto delicado para a ditadura militar brasileira.

As fotos de Silveira e a reportagem de Tajés ficariam arquivadas no MJDH, e a história dos cadáveres devolvidos pelo mar nas praias do litoral sul gaúcho seria pouco conhecida. Uma das primeiras publicações sobre o caso seria feita pelo jornalista Nilson Mariano em 1995 em seu livro sobre a Operação Condor, inclusive com a divulgação de uma das fotos feitas por Silveira. Mariano⁸³ também daria destaque às aparições de 1978 em sua dissertação de mestrado, defendida em 2006⁸⁴.

Os despojos humanos devolvidos pelo mar no Hermenegildo foram encontrados na manhã do dia 11 de abril de 1978 por Almerindo de Paula e seu filho Jorge Severino de Paula, que cavalgavam pela região. Logo após o susto da descoberta, comunicaram o achado à delegacia de polícia de Santa Vitória do Palmar, que horas depois enviaria agentes para realizar as investigações. Entre esses agentes estava Mário de Aguiar, fotógrafo contratado pela delegacia para realizar eventuais levantamentos técnicos. Sete anos depois, Aguiar relataria a Tajés suas impressões sobre o achado:

“Ao relatar o episódio, a pedido de O GLOBO, lembra detalhes que não percebeu naquela ocasião, e diz ter a impressão de que alguns sulcos nos braços do morto poderiam ser a indicação de que ele tinha sido amarrado com cordas. A impressão que lhe ficou é de que se tratava de um homem com a pele clara e com barba grande. Restava-lhe, do crânio, somente o maxilar inferior, mas no pescoço havia vestígios de pelos compridos. De nada disso, na hora, o fotógrafo se apercebeu, porque também ele estava fixado na ‘maré vermelha’ e de início associou aquela morte ao fenômeno. Hoje, contudo, Mário de Aguiar pensa diferente.”⁸⁵

O indício de que a vítima pudesse ter sido amarrada com cordas, originado de um técnico contratado da delegacia de polícia, é bastante esclarecedor para apurar a origem do cadáver. As denúncias de Piuma mostram que quase todos os achados do Uruguai também traziam tais indícios, inclusive alguns ainda apresentavam os membros atados quando chegaram às praias. Outro indício levantado por Aguiar, a ausência do maxilar superior no corpo da vítima, também seria ressaltado por Jurandir Silveira em relato ao jornalista Nilson Mariano:

⁸³ Uma cópia da reportagem de Tito Tajés foi-me gentilmente fornecida pelo jornalista Nilson Mariano, que a obteve através do acervo do MJDH. Aqui cabe um sincero agradecimento à sua boa vontade e disponibilidade em fornecer essa fonte, cumprindo, como ele mesmo diz, com o principal objetivo de Tito Tajés, que é o de denunciar e não deixar cair no esquecimento a existência desse caso, assim como de preservar a memória da existência desses dois homens desconhecidos, vítimas fatais do Terrorismo de Estado.

⁸⁴ MARIANO, Nilson. *Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

⁸⁵ TAJES, *op. cit.*, p. 3.

“Cuando se encontró el cadáver, el periodista gráfico Jurandir Silveira, de la Compañía Periodística Caldas Júnior, notó que la cabeza tenía sólo la arcada dentaria de abajo. “En esa época, esto significaba que era un preso político”, recordó Jurandir.”⁸⁶

A ausência de uma parte do crânio também seria relatada na ocorrência feita pelo escrivão Ereovaldo Chaves de Carvalho, que acompanhava o fotógrafo Mário de Aguiar. Na certidão número 409/78, registrada no livro de ocorrências número 28/78, da delegacia de polícia de Santa Vitória do Palmar, Carvalho detalha o encontro do cadáver:

“(…) próximo ao Paradoiro a uns 15 ou 20 Km encontramos o Cadáver de um homem branco, o mesmo estava completamente nu e faltando parte do crânio, o mesmo não tinha condições de ser identificado, naquele local não existe desaparecimento de ninguém e, até a presente data não temos registros ou informações de desaparecimento de pessoas alguma.”[SIC]⁸⁷

A tentativa de impedir a identificação posterior dos corpos era prática recorrente dos responsáveis pelo lançamento dos presos políticos ao mar, como visto anteriormente. A desconfiguração do crânio das vítimas pode ser entendida como mais uma dessas medidas, como demonstra a ausência do crânio do cadáver do Hermenegildo, e o crânio queimado com maçarico do corpo encontrado em Rocha, no Uruguai, um ano depois.

Revelador também é o auto de necropsia feita um dia depois do encontro do cadáver, no dia 12 de abril. Além de também relatar a ausência da cabeça óssea, o legista Cláudio Acy Corrêa Rodrigues ressalta uma “Deformidade no braço esquerdo, terço médio, com crepitação e mobilidade ósseas à palpação (fratura)”⁸⁸, provavelmente um indicativo de que a vítima pode ter sofrido agressões antes de sua morte. O fato de o corpo apresentar o ânus entreaberto, com a mucosa danificada na última porção do intestino, como descreve o legista no citado auto de necropsia, também pode ser relacionado a agressões sexuais anteriores à morte da vítima. Todos esses dados ressaltados não diferem das características dos achados do Rio da Prata, enunciados por Piuma. O mesmo legista colheu fragmentos do pulmão esquerdo, do fígado e do rim esquerdo do corpo encontrado no Hermenegildo para

⁸⁶ MARIANO, Nilson. *Operación Condor: Terrorismo de Estado en el Cono Sur*. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998, p. 78.

⁸⁷ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. *Certidão nº 409/78, f. 22 e verso, no livro de ocorrências 28/78*. Santa Vitória do Palmar: Delegacia de Polícia Civil de Santa Vitória do Palmar, 11 abr. 1978.

⁸⁸ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. *Auto de Necropsia Nº 043/78, fl. 01 e 02*. Santa Vitória do Palmar: Posto Regional do Instituto Médico Legal, Delegacia de Polícia de Santa Vitória do Palmar, 12 de abril de 1978.

análise anátomo-patológica e toxicológica, pois associava a morte do desconhecido ao fenômeno da “maré vermelha”. Segundo o laudo do laboratório de toxicologia do Instituto Médico Legal (IML) datado de 26 de abril de 1978, as análises químicas e cromatográficas do material forneceram “(...) resultados NEGATIVOS para venenos propriamente ditos, voláteis, inorgânicos e orgânicos fixos(...)”⁸⁹. Definitivamente não era uma morte relacionada às toxinas liberadas pelas algas no mar.

Após a confirmação de que não havia nenhuma pessoa desaparecida na região, o caso do cadáver desconhecido do Hermenegildo foi encerrado, e seus despojos colocados na catacumba 537 do cemitério de Santa Vitória do Palmar. Tajés relata em sua reportagem que em 1981 seus restos, ainda não totalmente decompostos, foram levados para o ossário pelo zelador Dalvo Teixeira, no que seria um procedimento normal do cemitério. Segundo o jornalista:

“Com o passar do tempo, outras ossadas foram sendo colocadas naquela vala comum por Dalvo Teixeira e agora já não é mais possível localizar o que restou do homem, descrito pelos jornais da época um indivíduo ‘branco, com cerca de 1,70 m, com aproximadamente 80 quilos. Segundo as informações da época, o morto tinha cabelos castanhos claros. A catacumba 537, onde o desconhecido passou mais de três anos, hoje [1985] abriga os despojos de (...)”⁹⁰

Não teria destino diferente o cadáver encontrado próximo à praia do Estreito, em São José do Norte, a aproximadamente 230 quilômetros ao norte de Santa Vitória do Palmar. Moradores da região encontrariam esse segundo cadáver no dia 17 de abril, seis dias após o do Hermenegildo, com visíveis sinais de violência, o crânio destruído e a ponta dos dedos decepadas, confirmando mais uma vez a tentativa de impedir a identificação posterior do corpo. O delegado Sidney Farina Gallo, lotado na Delegacia Regional de Polícia de Rio Grande, fez um levantamento na região e revelou que não havia registro de nenhum desaparecido no local⁹¹. Tajés afirma que “Como no caso de Santa Vitória do Palmar, as investigações a nada levaram. O ‘desconhecido’ de São José do Norte foi enterrado e seus ossos se perderam”⁹².

⁸⁹ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. *Exame Requisitado a pedido do (a) Delegacia de Polícia do 1º Distrito de Santa Vitória do Palmar. Requisição nº 1573/78 – Datada de: 17/4/78*. Porto Alegre: Instituto Médico Legal – Laboratório de Toxicologia, 26 de abr. de 1978.

⁹⁰ TAJES, *op. cit.*, p. 6.

⁹¹ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. Polícia Civil. *Of. Cir. Nº 891/78*. Rio Grande: 7ª Região Policial – Delegacia Regional de Polícia, 28 de abr. de 1978.

⁹² TAJES, *op. cit.*, p. 4.

Cabe agora ponderar sobre a importância da reportagem de Tito Tajés na compreensão geral do silêncio e da conivência das autoridades brasileiras com os crimes cometidos pelas ditaduras amigas do Cone Sul. A extensa reportagem escrita em 1985 não só remonta ao caso dos cadáveres encontrados nas praias gaúchas, mas vai além, fazendo a devida conexão com os fatos denunciados pelo ex-marinheiro uruguaio, e fazendo ao final uma importante denúncia sobre os crimes cometidos pelos terroristas de Estado argentinos. Na parte final do texto, Tajés reproduz uma entrevista com Jair Krischke, fundador do MJDH, que afirma a certeza de que os corpos encontrados nas praias gaúchas eram sim de presos políticos. Krischke vai além, ao indagar se seriam apenas aqueles dois corpos que deram à praia nessa época. Tajés ressalta na reportagem que “Há versões de que outros cadáveres chegaram tangidos pelas ondas nos mais de 200 quilômetros de costa entre Santa Vitória do Palmar e Rio Grande, e foram recolhidos e queimados na época, mas isto nunca pode ser comprovado”⁹³. Demonstração do grande respaldo que as autoridades brasileiras davam aos militares dos países vizinhos envolvidos em crimes contra os opositores dos regimes de Segurança Nacional, além da conivência em manter tais crimes cometidos pelos repressores na obscuridade.

ANEXO IV

⁹³ *Idem*, p. 9.

ALBARDÃO

(cerca de 60 quilômetros ao norte do Hémeneque)
pela costa deserta do albardão ~~há poucas~~ ^(poucas) pessoas ~~que~~ tran-
sitam, especialmente no outono e no inverno. na manhã de 11
de abril, dois desses raros passantes - almerindo de paula
e seu filho jorge severino de paula -, moradores da região,
~~passavam a noite~~ ^{cavalgavam} por ali e levaram um susto: um vulto que
viram a distância jogado ^{na} praia pelo mar não era um ser marinho
como a princípio pensaram, mas os restos de um corpo humano
que se decompunha.

surpresos, pai e filho foram até o farol do albardão e pedi-
ram ao radio-telegrafista para comunicar o achado à delegaci-
a de polícia de santa vitória do palmar. horas depois chegavam
ao local funcionários da DP com o fotógrafo mario osvaldo car-
doso de aguiar, contratado para fazer eventuais levantamentos
técnicos.

passados mais de
Hoje, ~~sete anos,~~ ~~depois,~~ mário de aguiar ainda guarda os negati-
vos das fotos que fez naquele dia. ao relatar o episódio, a
pedido de O GLOBO, lembra detalhes que não percebeu naquela o-
casão. e diz ter a impressão de que alguns sulcos nos braços
do morto poderiam ser a indicação de que ele tinha sido amar-
rado com cordas. a impressão que lhe ficou é de que se trata-
va de um homem com a pele clara e com barba ~~curta~~ ^{muito} grande.
restava-lhe, do crânio, somente o maxilar inferior, mas no pes-
coço havia vestígios de pelos compridos. de nada disso, na ho-
ra, o fotógrafo se apercebeu, porque também ele estava fixado
na "maré vermelha" e de início associou aquela morte ao fenôme-
no. hoje, contudo, mario de aguiar pensa diferente.

Reprodução de uma página da reportagem
não-publicada de Tito Tajés

Fonte: Acervo do Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH)

3. OS CORPOS OCULTOS

Em relação aos cadáveres lançados ao mar, houve um esforço declarado dos militares uruguaios em ocultar sua origem, impedir maiores investigações, e impossibilitar futuras identificações. O ex-marinheiro Daniel Rey Piuma denuncia as negligências dos peritos da PNN encarregados de apurar as circunstâncias dos aparecimentos dos despojos nas praias uruguaias, e a complacência de juízes que não prosseguiram com os inquéritos instaurados. Tito Tajés relata a ação dos policiais civis em relação aos corpos do Hermenegildo e São José do Norte, e a impossibilidade de dar prosseguimento às suas identificações, dado a alegação de que não havia elementos que possibilitassem tais investigações. No entanto, quando relacionamos os achados nas praias do Rio Grande do Sul com outros elementos que comprovam a ciência dos militares brasileiros da prática genocida dos “vãos da morte” levada a cabo pela ditadura argentina, podemos inferir que os círculos restritos da repressão brasileira tinham conhecimento da origem dos corpos achados no litoral gaúcho em 1978.

O destino dado aos despojos das vítimas do terrorismo de Estado que o mar devolveu à costa da região do Prata a partir de 1976 insere-se dentro de um amplo contexto de conivência e cumplicidade entre os órgãos de repressão das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, cuja expressão máxima seria a institucionalização da Operação Condor em 1975 – antes mesmo do golpe militar na Argentina. Instituída oficialmente na I Reunião Interamericana de Inteligência Nacional, realizada em Santiago do Chile, sob os auspícios do general Augusto Pinochet, e com a participação de enviados dos governos da Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Brasil, essa coordenação de ações de inteligência entre os militares da região (respaldados, como sempre, pelos preceitos da DSN), visava ao aprofundamento do combate anti-subversivo no continente, através da troca de informações e da realização de operações conjuntas entre os órgãos de repressão dos diversos países membros, com o intuito de eliminar os “inimigos internos” desses regimes e liquidar com qualquer forma de oposição.

A Operação Condor foi o expoente máximo da cooperação repressiva entre as ditaduras militares do Cone Sul, a institucionalização de um espírito de cumplicidade e impunidade que compartilhavam os militares em relação aos crimes cometidos em nome da

“segurança nacional” de seus países. O mesmo espírito que justificou a negligência com os restos mortais dos “subversivos” lançados ao mar, que insistiam em voltar à superfície e comprovar o verdadeiro genocídio de que os opositores das ditaduras latino-americanas estavam sendo vítimas. Seguindo os objetivos propostos nesse trabalho, cabe compreender, através das denúncias de Piuma, como se deram as tentativas dos militares uruguaiois de ocultar a origem dos corpos devolvidos pelo Rio da Prata a partir de 1976 – com a aquiescência da imprensa – e a atuação das autoridades brasileiras em relação aos despojos do Hermenegildo e de São José do Norte.

3.1 – A CONIVÊNCIA DAS AUTORIDADES URUGUAIAS

Os documentos arrolados por Piuma em suas denúncias sobre as violações dos direitos humanos por parte da Marinha uruguaia comprovam que a conivência dos agentes da PNN com o ocultamento das provas do extermínio de opositores políticos por parte da ditadura argentina era escancarada. Eram os agentes da PNN os responsáveis pelas investigações das circunstâncias em que chegavam os cadáveres às praias e em alto-mar, dada a sua jurisdição, que abrangia as zonas costeiras. Em razão da conexão direta que havia entre a PNN e o serviço de inteligência de sua correspondente argentina, o SIPNA, os agentes uruguaiois estavam bastante informados sobre as práticas de “sepultamento aquático” realizadas pelos diversos órgãos de repressão daquele país. Para garantir o ciclo de impunidade, era fundamental que as autoridades orientais não permitissem que se suspeitasse da origem dos corpos que chegavam às praias naquele momento.

Segundo Piuma, as comunicações entre a PNN e o SIPNA se davam através de ligações telefônicas diretas ou por meio de informes⁹⁴. Alguns desses informes continham pedidos de identificação de digitais recolhidas dos cadáveres encontrados no Uruguai, que também foram encaminhadas à Interpol⁹⁵, para verificar possíveis identidades. Em 1980 o ex-marinheiro solicitou ao departamento da PNN responsável por arquivar esses informes as respostas dadas pelo SIPNA aos pedidos de identificação das impressões digitais arroladas, a que lhe responderam que “(...) ya los del SIPNA habían dicho repetidas veces

⁹⁴ PIUMA, *op. cit.*, 1984 p. 68.

⁹⁵ Segundo Piuma, “No hay informe oficial sobre las respuestas concretas de las filiales mundiales [da Interpol] a las que fueron mandadas las huellas.” Cf: PIUMA, *op. cit.*, 1988, p. 135.

que no se insitiera más con eso y que yo debía cerrar esas carpetas como estaban y no buscar problemas”⁹⁶. Nunca houve uma resposta positiva em relação às impressões digitais recolhidas dos cadáveres do Rio da Prata.

Outra prática recorrente dos agentes da PNN, como já foi dito anteriormente, era a negligência na coleta de dados que poderiam auxiliar na identificação dos achados. Daniel Rey Piuma denuncia em diversas ocasiões a ocorrência dessas práticas. Em que pese o fato de que os primeiros corpos que apareceram em abril de 1976 foram extensamente fotografados e documentados pelos peritos da PNN, a partir do momento em que o número de achados foi aumentando e as evidências de que eram de “subversivos” foram se tornando cada vez maiores, as perícias começaram a se tornar mais rasas e menos objetivas. As investigações dos achados a partir de um determinado momento já passaram a ter o rótulo de “Secreto” por parte dos órgãos de inteligência⁹⁷. Em suma, pode-se então enumerar algumas das negligências recorrentes por parte dos peritos da PNN e denunciadas por Piuma:

a) A quantidade de fotos dos cadáveres tiradas pelos peritos era insuficiente para que as investigações por parte do Poder Judiciário se dessem de forma satisfatória. Segundo o ex-marinheiro:

“Un homicidio común lleva un informe con múltiples fotos (no menos de 12); en los casos de cadáveres aparecidos en la costa, si bien el perito tomaba muchas fotografías, debía reducir a un tercio la cantidad de las mismas al imprimirlas. Esto implicaba un inmediato deterioro de la información que manejaría el juez encargado del caso”.⁹⁸

b) Havia graves omissões do legista responsável pela necropsia, omitindo informações importantes sobre os cadáveres. Em referência ao achado em Rocha a 23 de abril de 1976, foi notificado pela imprensa – que ainda nesse momento tinha acesso aos acontecimentos, como será exposto a seguir – que o cadáver não possuía uma das mãos, o que foi totalmente ignorado pelo legista na necropsia⁹⁹.

c) A partir de um determinado momento, mesmo quando era possível extrair as impressões digitais do corpo, não havia nenhum intento da equipe técnica responsável pela necropsia de realizá-lo.

⁹⁶ PIUMA, *op. cit.*, 1988, p. 124.

⁹⁷ *Idem*, p. 135.

⁹⁸ PIUMA, *op. cit.*, 1984, p. 64.

⁹⁹ PIUMA, *op. cit.*, 1988, p. 133.

d) Em diversos informes arrolados por Piuma não há constância do destino dado às peças de roupa que se mantiveram junto ao cadáver e que poderiam ajudar na identificação do mesmo, assim como dos restos de corda e arame que ainda mantinham atados os membros das vítimas jogadas ao mar.

e) As legendas que os peritos colocavam nas fotos que eram encaminhadas aos juízes responsáveis eram incompletas, imprecisas e até infantis, segundo Piuma, o que ajudava a deteriorar a qualidade das informações sobre os cadáveres. Alguns informes afirmavam que a vítima teria morrido em razão de afogamento, mesmo que a foto do cadáver mostrasse claramente perfurações feitas por projéteis disparados por arma de fogo.¹⁰⁰

f) Por último, segundo relata o ex-marinheiro, os primeiros corpos que chegaram às praias a partir de 1976, depois de passados pelos procedimentos forenses, foram sepultados (provavelmente em tumbas NN), o que permitiria uma posterior exumação, a pedido do juiz, para que se pudesse levantar mais dados sobre o desconhecido. Esse seria o procedimento normal em se tratando de um homicídio comum. A partir de um dado momento, quando as autoridades começaram a perceber que tais homens e mulheres não eram vítimas de homicídios comuns, mas sim “subversivos” abatidos pelas forças de segurança argentinas, os ditames forenses tornaram-se mais breves, e os corpos foram encaminhados direto para a incineração, provavelmente para que se evitassem futuras exumações¹⁰¹.

Afora o aparecimento destes 24 cadáveres denunciados pelo ex-marinheiro, em seu primeiro testemunho publicado em 1984 ele afirma que houve um grupo de 14 cadáveres “não-reconhecidos” que apareceram na região de Colonia em 1978, dois anos após as primeiras aparições, com as mesmas características comuns a todos os outros (sinais de tortura, agressões, etc.), e que jamais foram levados ao conhecimento dos juízes de Instrução. A ordem para que se procedesse com as investigações sobre o aparecimento desses cadáveres não foi dada. O destino dado a estes corpos “não-reconhecidos” é ignorado pelo ex-marinheiro, o que mais uma vez demonstra a preocupação das autoridades uruguaias de ocultar os vestígios dos crimes cometidos do outro lado do Rio da Prata.

¹⁰⁰ PIUMA, *op. cit.*, 1984, p. 65.

¹⁰¹ *Idem.*

Em que pese o fato de que os juízes de instrução tivessem poucos elementos para prosseguir com as investigações das circunstâncias dos achados, Piuma ressalta que estes estavam a par das anomalias apresentadas pelas perícias técnicas. Segundo ele:

“Debe considerarse que carpetas informando de homicidios, suicidios e incendios con víctimas, se reciben en los juzgados en una cantidad que supera los 60 ó 70 mensuales. Es imposible por lo tanto que los jueces, acostumbrados a la presentación, terminología y profundidad de esos, no hayan establecido diferencia con los primeros”.¹⁰²

Conjeturando-se ou não a convivência desses juízes com as negligências dos agentes repressores da PNN, há de se ressaltar o papel ao qual a Justiça Comum foi relegada dentro da dinâmica da ditadura uruguaia. Durante o período democrático anterior ao golpe civil-militar de 1973, as Forças Armadas uruguaias sempre teceram fortes críticas ao fato de que os crimes de “segurança nacional” eram constitucionalmente submetidos à esfera da Justiça Comum. Mesmo com a vigência das *Medidas Prontas de Seguridad*¹⁰³ durante o governo constitucional de Pacheco Areco (1967-1972), os militares se ressentiam com a “ineficiência” dos trâmites civis para processar os acusados de “subversão”. Entre outros elementos, criticavam o fato de estarem à margem das decisões tomadas em casos penais pontuais, e alegavam que o “excesso de burocratização” do processo penal poderia favorecer ao inimigo¹⁰⁴. Tudo isso justifica as mudanças ocorridas a partir de 1972, quando o Parlamento aprova a *Ley de Seguridad del Estado y el Orden Interno*, que vai modificar os parâmetros jurídicos, transferindo à Justiça Militar o foro para o julgamento de crimes de *lesa nação*. A Justiça Militar transformar-se-ia em mais um instrumento do terror de Estado uruguaio, invertendo o sentido de justiça, usurpando o lugar da Justiça Comum, corroborando as violações dos direitos humanos por parte da ditadura, e mantendo a fachada de legalidade do regime¹⁰⁵. Pode-se depreender disto que as negligências cometidas pela PNN nos informes passados aos juízes de instrução da Justiça Comum, em relação aos cadáveres do Rio da Prata, eram mais uma expressão do desrespeito às instituições civis por

¹⁰² PIUMA, *op. cit.*, 1988, p. 118.

¹⁰³ As *Medidas Prontas de Seguridad* foram medidas de exceção e de aplicação transitória, previstas constitucionalmente, as quais restringiam os direitos individuais. Foram utilizadas por Pacheco Areco para desarticular as pressões sociais resultantes do descontentamento com as políticas econômicas de seu governo, e seu uso indiscriminado representaria uma escalada autoritária, “(...) acentuando a insegurança geral e acelerando o processo de radicalização e confronto no interior da sociedade”. Cf. PADRÓS, *op. cit.*, 2005, p. 275.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 472.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 488.

parte da ditadura civil-militar uruguaia, escancaradamente conivente com os crimes perpetrados pelos companheiros de farda argentinos.

3.1.2 – O PAPEL DA IMPRENSA

A censura aos meios de produção cultural foi, no Uruguai, um profícuo instrumento de controle utilizado pela ditadura de segurança nacional para evitar manifestações críticas, desmobilizar e incutir na sociedade a “cultura do medo”, a imposição do silêncio. Houve um verdadeiro “apagão cultural” no período de tempo correspondente aos anos mais duros da ditadura civil-militar (1973-1978), caracterizado por um grande retrocesso nas produções artísticas e literárias, marcado pela fuga e exílio de numerosos artistas e intelectuais uruguaios, perseguidos pelo terrorismo de estado oriental. A imprensa seria duramente afetada pela repressão. Dentro dos ditames da DSN, os meios de comunicação eram essenciais na consecução dos objetivos principais das ditaduras de segurança nacional, ou seja, manter a ordem e salvaguardar as instituições democráticas da “contaminação marxista”, e considerados fundamentais, devido à sua forte influência na opinião pública. Era necessário então “(...) aplicar-lhes uma ação saneadora que extirpasse os agentes contaminadores escondidos nas suas redações e cargos de direção” e “(...) cooptá-los para que servissem de mediadores do discurso oficial com o conjunto da população”¹⁰⁶.

Durante a ditadura, o Uruguai foi considerado um país em que havia censura completa da imprensa por órgãos internacionais como a Anistia Internacional e a *Inter-American Press Association*¹⁰⁷. A partir da decretação do “Estado de Guerra Interno” em abril de 1972, os programas de rádio e TV e os jornais foram obrigados a transmitir a versão oficial dos acontecimentos, sendo a pauta política definida diretamente pelo Ministério da Defesa¹⁰⁸. A partir desse quadro, pode-se inferir algumas questões sobre o papel da imprensa uruguaia na divulgação dos achados do Rio da Prata a partir de 1976.

Daniel Rey Piuma debruça-se repetidas vezes em suas denúncias acerca do papel fundamental que teve a imprensa uruguaia no desvirtuamento das circunstâncias envolvidas

¹⁰⁶ *Idem*, p. 501.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 504.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 490.

no aparecimento dos cadáveres à costa. Tanto no caso uruguaio, como no caso brasileiro, os jornalistas que registrariam tais acontecimentos seriam impossibilitados pela censura de fazer maiores conjecturas sobre os aparecimentos¹⁰⁹. No entanto, à imprensa oriental caberia o papel de desvirtuar o foco das atenções da opinião pública através da publicação de versões fantasiosas dos acontecimentos dadas pelas autoridades, que seriam conhecidas como *carnes podridas*¹¹⁰.

Seria bastante grande a cobertura jornalística dos primeiros cadáveres que apareceram em abril 1976, inclusive com a veiculação das imagens na televisão. Na edição do dia 24 de abril, em sua página 6, o jornal *El País* estampava a manchete “*SUMAN 5 AHORA LOS CADÁVERES HALLADOS EN COSTA ROCHENSE*”, afirmando na nota que os corpos apresentavam mutilações e sinais de agressão, e apresentou a hipótese de que eram de pessoas de “raça asiática”¹¹¹. Essa tese era defendida por Mario Katz, médico forense da PNN responsável pelas perícias. Segundo Piuma, de fato os primeiros cadáveres que apareceram em Rocha pareciam ser de asiáticos, pois a deformação que provocava a água nos corpos após larga permanência dava essa impressão. Com a informação errônea propositadamente dada pelo legista, que continuaria a afirmar a procedência asiática dos cadáveres mesmo ciente das evidências de que se tratavam de cidadãos argentinos, a imprensa começaria a conjecturar hipóteses, no mínimo, fantasiosas. O ex-marinheiro dá alguns exemplos da cobertura jornalística do momento da aparição dos primeiros achados em 1976:

¹⁰⁹ Aqui cabe lembrar que mesmo em 1985, sete anos após a chegada dos corpos às praias brasileiras, já terminada a ditadura instaurada em 1964, a reportagem de Tito Tajés não seria publicada pelo jornal O Globo.

¹¹⁰ A divulgação de *carnes podridas* pela imprensa uruguaia não seria uma exclusividade do caso dos corpos do Rio da Prata. Nos comunicados 1.400, de 25 de novembro de 1978, e 1.401, de 1º de dezembro de 1978, as Forças Conjuntas uruguaias dariam suas explicações à população e a opinião pública internacional acerca do seqüestro ilegal de Universindo Rodríguez Díaz, Lilián Celiberti e seus filhos Camilo e Francesca Celiberti realizado em Porto Alegre, em 12 de novembro do mesmo ano, por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) gaúcho e da *Compañía de Contra Informaciones* do Exército uruguaio, no marco da coordenação repressiva da Operação Condor. Nesses comunicados, lidos em cadeia nacional de rádio e televisão, as Forças Conjuntas afirmavam que Lilián e Universindo haviam sido detidos em território uruguaio, fugindo do Brasil em veículos repletos de armas e material sedicioso. O casal havia sido seqüestrado no Brasil, e adentraram o território uruguaio já seqüestrados pela repressão. Cf: DÍAZ, Universindo Rodríguez. *Todo Está Cargado en la Memoria, Arma de la vida y de la Historia*. IN: PADRÓS et. al. (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor)*. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 179-204.

¹¹¹ GONZÁLEZ, Nelson Daniel Gasparik. GONZÁLEZ, Walter Hugo Rotela. *El Vuelo del Cóndor no Termina*. Disponível em: http://pebuwar2.blogspot.com/2011_06_01_archive.html. Data de acesso: 30 out. 2011.

“Diário ‘Crónica’ de Buenos Aires (25/4) dice que la hipótesis más posible es que sea un crimen a bordo de un buque pirata pesquero. ‘El Diario’ de Montevideo (26/4) baraja la posibilidad de que los muertos hayan sido integrantes del Ejército Rojo Japonés (cuya presencia denuncia el mismo rotativo el 23-10-1975 en el Río de la Plata). ‘El País’ del 25/4 y del 27/4, juega con diversas hipótesis – sus pro y contras – entre las que pesan más, una orgia en alta mar o un arreglo entre mafiosos”.¹¹²

Os periódicos continuariam a conjeturar a origem dos cadáveres nos próximos meses. Na edição de 6 de maio, *El País*, em sua página 9, traria a manchete “*NADIE PUEDE PREDECIR QUE ESTE SEA EL ÚLTIMO CADÁVER*”, e prosseguiria dizendo que “*El sexto cuerpo pertenece a un hombre de 50 años de origen asiático; Dictamen de médicos legistas*”¹¹³. O mesmo jornal daria amplo destaque às aparições, inclusive com inúmeras fotos dos despojos, e mapas demonstrando os locais onde foram encontrados. No entanto, o quadro vai se modificando a medida em que vai ficando cada vez mais evidente a procedência dos corpos. *El País* relata na sua edição de 29 de maio a aparição de três cadáveres flutuando nas águas do Rio da Prata frente a Buenos Aires, sendo que na mesma nota afirma que “(...) un izquierdista argentino se presentó ante la Justicia Federal [argentina] explicando que las señas de uno de los cadáveres encontrados en Uruguay con un tatuaje en su hombro derecho podría ser el de su hermano, un militante opositor argentino”¹¹⁴. Seria o cadáver de Floreal Avellaneda, reconhecido por seus familiares em razão da divulgação do comunicado na imprensa que descrevia a tatuagem com as iniciais de seu nome no braço direito¹¹⁵.

¹¹² PIUMA, *op. cit.*, 1988, p. 135.

¹¹³ GONZÁLEZ, Nelson Daniel Gasparik. GONZÁLEZ, Walter Hugo Rotela, *op. cit.*

¹¹⁴ *Idem.*

¹¹⁵ O caso de Floreal Avellaneda é heterodoxo, pois além de ser o único desaparecido argentino cujo cadáver chegou em águas estrangeiras e foi reconhecido na época (inclusive constando no relatório da CONADEP), os responsáveis por seu seqüestro, tortura e assassinato foram condenados pela justiça argentina em 2009. À época do seu seqüestro, Floreal tinha apenas 16 anos de idade. Cf: LA NACIÓN. Perpetua para el represor Riveros por el crimen de Floreal Avellaneda. *La Nación*, Buenos Aires, 12 ago. 2009. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1161705-perpetua-para-el-represor-riveros-por-el-crimen-de-floreal-avellaneda>. Data de acesso: 14 nov. 2011.

Na edição de 9 de setembro, *El País* chega inclusive a relacionar a aparição dos cadáveres à violência na Argentina. Em sua página 8, na reportagem intitulada “*OTRO CADÁVER MÁS APARECIÓ EN LAS COSTAS URUGUAYAS*”, afirma que “Como una muestra más de la violencia desatada en la República Argentina, otro cadáver apareció en horas del medio día de ayer (...)”¹¹⁶.

No entanto, em relação aos achados de 1977 a imprensa já não teria mais acesso às imagens dos corpos, nem aos ditames forenses. Já não havia mais dúvidas sobre sua origem. Os jornais, então, seriam autorizados a apenas reproduzir na íntegra os comunicados oficiais da PNN, sem abordar nenhum elemento que pudesse ligar os corpos à repressão argentina. Esse seria o procedimento adotado também para os achados de 1978 e 1979, evidenciando o máximo esforço dos militares uruguaios em ocultar da opinião pública nacional e internacional a origem dos corpos desconhecidos do Rio da Prata.

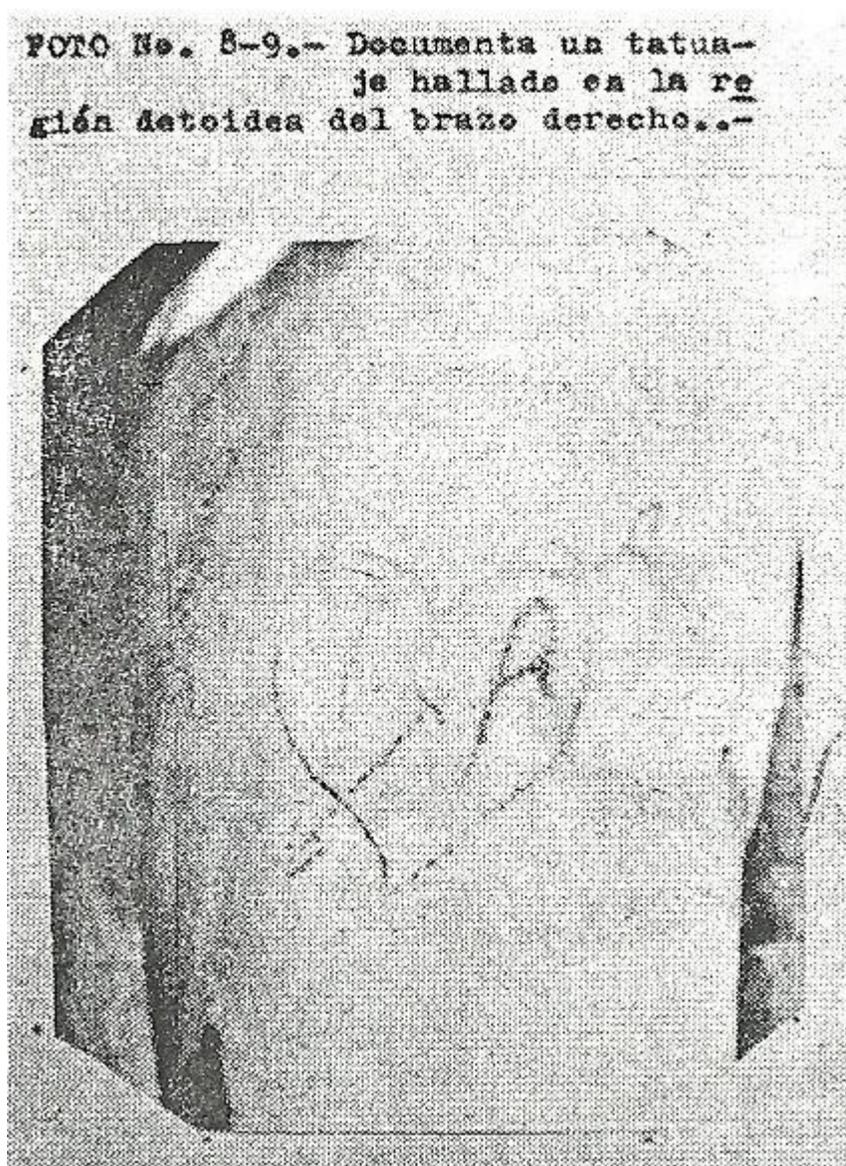
Por fim, a censura à liberdade de expressão foi um instrumento eficiente da ditadura civil-militar uruguaia para difundir seus preceitos doutrinários. O impedimento do livre pensar só faria arraigar ainda mais a “cultura do medo” e a autocensura numa sociedade amedrontada pelos efeitos do terror de Estado. No caso dos achados do Rio da Prata, estes efeitos paralisantes viriam do país vizinho, representando quase que um exemplo paradigmático do que poderia acontecer com quem se atrevesse a contestar as autoridades militares. Seriam os responsáveis pelo silêncio sobre aqueles misteriosos corpos que o mar devolveria, enterrados como desconhecidos, e esquecidos por uma sociedade anestesiada e aterrorizada. A ponta final do ciclo de impunidade que marcou a ações repressivas das ditaduras de segurança nacional do cone sul.

3.2 – A CONVÊNIA DAS AUTORIDADES BRASILEIRAS

¹¹⁶ GONZÁLEZ, Nelson Daniel Gasparik. GONZÁLEZ, Walter Hugo Rotela, *op. cit.* [Devido às limitações inerentes à consecução desse trabalho, não será possível aprofundar a análise das reportagens sobre as aparições dos corpos nos periódicos da época. Nota-se que *El País* de 9 de setembro de 1976 faz clara referência à violência desatada no país vizinho como causadora dos macabros achados nas praias uruguaias, mas infelizmente é impossível nesse momento, sem a análise completa da fonte, ponderar se o periódico estava se referindo exatamente à violência política do período inicial do *Proceso de Reorganización Nacional*].

O Estado brasileiro era familiarizado com as práticas genocidas dos “vôos da morte”. A princípio porque o lançamento de presos políticos ao mar como uma forma de

ANEXO V



**Braço direito do cadáver de Floreal Avellaneda
(detalhe para a tatuagem com as iniciais F e A)**

Fotografia: *Prefectura Nacional Naval* (Uruguai)

Fonte: PIUMA, Daniel Rey. **Los Crimenes del Rio de la Plata.**

Córdoba: El Cid, 1984, p. 58.

extermínio físico de opositores era um dos ditames da DSN, tendo sido amplamente utilizada pelos franceses na Indochina e na Argélia. No entanto, alguns elementos podem demonstrar que não só havia familiaridade dos militares brasileiros com essa prática de extermínio, como também houve tentativas de sistematizá-la.

Essa tentativa de sistematização dos “vãos da morte” no Brasil é o cerne da polêmica ocorrida em 1968 com a unidade de pára-quedistas da Força Aérea Brasileira (FAB), a Para-Sar. O jornalista Pery Cotta, do *Correio da Manhã*, trouxe a público uma série de denúncias sobre a intenção de alguns militares de utilizar o Para-Sar para o lançamento de lideranças políticas e estudantis a quarenta quilômetros da costa¹¹⁷. Uma reportagem publicada pelo *Coojournal* em março de 1978 retomaria o caso Para-Sar, e traria mais detalhes sobre a tentativa de por em funcionamento um plano sistemático de extermínio de opositores da ditadura militar brasileira, nos moldes do que seria empregado anos depois pela Argentina.

O Para-Sar é uma unidade de elite da FAB surgida em 1963 para a realização de busca e salvamento em regiões adversas, assim como a manutenção de um grupo de elite altamente especializado em operações de emergência. Um de seus fundadores foi o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, o protagonista da polêmica ocorrida com esta unidade da FAB em 1968. O lema da unidade à época era “Desbravar, Socorrer, Resgatar”; no entanto, militares da linha-dura tentariam descaracterizar a missão original do Para-Sar. Um destes militares era o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, que segundo a reportagem do *Coojournal*, havia participado de um curso do Programa de Rearmamento Moral do exército dos Estados Unidos no Panamá¹¹⁸. Burnier seria o responsável pelo emprego dos homens do Para-Sar na repressão às manifestações de rua ocorridas em 1968, decorrentes da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto numa ação da Polícia Militar no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro¹¹⁹. Num contexto de contestação social que se desenhava ao longo do ano de 1968, e que culminaria no fechamento do regime e aumento da repressão a

¹¹⁷ BAUER, *op. cit.*, p. 85.

¹¹⁸ GUIMARAENS, Rafael. CENTENO, Ayrton. BONES, Elmar. *CooJournal: Um Jornal de Jornalistas sob o Regime Militar*. Porto Alegre: Libretos, 2011, p. 94.

¹¹⁹ O brigadeiro Burnier já era um conhecido militar terrorista antes mesmo do golpe de 1964: em 1959 foi líder da Revolta de Aragarças, que seqüestrou um avião da Panair e ameaçou bombardear os palácios do Catete e das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, para forçar o presidente Juscelino Kubitschek a renunciar.

partir da decretação do AI-5 em 13 de dezembro, a opção pelo aniquilamento dos opositores do regime já era aventada pelos militares das alas mais reacionárias das Forças Armadas.

A ordem para os homens do Para-Sar designados a se infiltrar nas manifestações de rua era clara: “Tomem conta principalmente das janelas para ver quem atira coisas contra a polícia. Caso descubram alguém, invadam o local e liquidem com quem estiver lá. A fuga de vocês estará coberta”¹²⁰. No entanto, os homens do Para-Sar se oporiam a serem designados para ações de “segurança interna”. O capitão Sérgio Carvalho seria convocado a uma reunião com os brigadeiros Burnier e Hipólito da Costa (recém chegado da Zona do Canal do Panamá, provavelmente bem instruído do que deveria fazer) em que Burnier deixaria bem claras suas intenções sobre as ações as quais gostaria de ver a Para-Sar envolvidas, como relata a reportagem do *Coojornal*.

“Burnier, empolgado, passou a citar exemplos de missões que ele considerava importantes para livrar o país do comunismo: seqüestrar 40 políticos e militares, entre os quais Carlos Lacerda, o general Olímpio Mourão Filho e o brigadeiro Francisco Teixeira (ministro do governo João Goulart), embarcá-los num DC-3 e jogá-los ao mar, a cerca de 40 milhas da costa”.¹²¹

Com a negativa do capitão Carvalho e seus homens de participarem de ações dessa natureza, respaldados pelo brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral da Diretoria de Rotas Aéreas e responsável pelo Para-Sar, seria instaurada primeiramente uma sindicância, e depois um Inquérito Policial-Militar (IPM) para averiguar os fatos. Estaria travada a queda-de-braço entre os militares da FAB, envolvendo inclusive o marechal Márcio de Sousa Melo, à época ministro da Aeronáutica e futuro integrante da Junta Militar Provisória que substituiria temporariamente o ditador Arthur da Costa e Silva na presidência da República, em 1969. No entanto, antes que o IPM chegasse ao fim, o brigadeiro Itamar Rocha seria exonerado do cargo, e dois anos depois reformado. Já o capitão Sérgio seria reformado pelo AI-5 ainda em 1969.

Provavelmente por ter se tornado de conhecimento público, a Operação Para-Sar não teve prosseguimento. O caso seria denunciado pelo deputado Maurílio Ferreira Lima, do MDB, mas jamais seria confirmado pelas autoridades militares¹²². A linha dura da

¹²⁰ *Ibid.*, p. 95.

¹²¹ *Idem.*

¹²² BAUER, *op. cit.*, p. 85.

Aeronáutica continuaria dando as cartas pelo menos até 1971, quando outro escândalo viria à tona: o uso da Base Aérea do Galeão como um centro clandestino de investigações e torturas, a mando do brigadeiro Burnier. Depois desse segundo escândalo, Burnier e Sousa Melo seria exonerados pelo general Médici.

Outro elemento que pode demonstrar a familiaridade das autoridades brasileiras com as práticas de extermínio dos “vãos da morte” são as denúncias de ex-presos políticos presentes no relatório *Brasil: Nunca Mais* sobre as constantes ameaças dos agentes repressivos brasileiros de lançarem suas vítimas ao mar. Caroline Bauer aponta três casos em que houve essas ameaças¹²³:

a) Francisco Ferreira de Araújo, preso em 1973 e levado ao Departamento de Polícia Federal do Ceará, afirma que foi ameaçado de “dar ‘umas voltinhas’ pelo mar”¹²⁴;

b) Claudiomar Rodrigues de Sousa, detido em 1973 no 50º Batalhão de Infantaria de Selva, em Imperatriz, no Maranhão, afirma que após receber visita de seus familiares, “(...) recebeu por parte de dois elementos pancadas no rosto e abdômen, aplicação de choques elétricos e ameaças de que seria atirado de bordo de um avião em vôo”¹²⁵;

c) Wladimir Ventura Torres Pomar, preso em 1976 no DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, ao ser transferido por avião para o DOI-CODI do I Exército no Rio de Janeiro, escutou os militares dizendo que iriam “realizar um belo lançamento”¹²⁶.

Além dos casos relatados no *Brasil: Nunca Mais*, existe mais um episódio em que se especula que as autoridades militares brasileiras teriam utilizado o método de “sepultamento aquático”: é o caso de Stuart Angel Jones, filho da estilista Zuzu Angel, desaparecido em 1971, aos 25 anos de idade. Stuart era militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), movimento de luta armada que combatia a ditadura militar, e foi seqüestrado por agentes da Aeronáutica a mando do brigadeiro Burnier, e torturado na Base Aérea do Galeão. Existem denúncias de que seu cadáver teria sido lançado ao mar. O compositor Chico Buarque, na música que escreveu em homenagem a Zuzu Angel¹²⁷, lembra de Stuart como um filho “que mora na escuridão do mar”.

¹²³ *Ibid.*, p. 83.

¹²⁴ BRASIL: *Nunca Mais*. Projeto A. Tomo V, vol. 1, p. 976.

¹²⁵ *Idem*, p. 664.

¹²⁶ *Idem*, p. 924.

¹²⁷ A partir do desaparecimento de seu filho, Zuzu Angel, famosa mundialmente, iria começar uma campanha internacional de denúncia contra a violação dos direitos humanos por parte da ditadura brasileira. Morreria num misterioso acidente de carro em 1976, no Rio de Janeiro, provavelmente orquestrado pelos órgãos de

Outro caso merecedor de destaque é a morte de Francisco Tenório Cerqueira Júnior, o Tenorinho, pianista que acompanhava o violinista Toquinho e o poeta Vinícius de Moraes em apresentações musicais. Tenorinho estava em turnê na Argentina quando foi seqüestrado em 19 de março de 1976, em Buenos Aires, e desde então se encontra desaparecido. Seu desaparecimento foi protocolado pela CONADEP, em 1984. Em 2000, a jornalista argentina Stella Manuel Calloni publicou uma reportagem no jornal mexicano *La Jornada* onde afirma que:

“Nos arquivos [do DOPS de Porto Alegre] se encontrou uma carta comunicando ao governo do Brasil sobre a ‘*muerte por error*’, na argentina Escola de Mecânica da Armada (ESMA), do músico brasileiro Francisco Tenório Júnior, seqüestrado em 18 de março de 1977 [sic], em Buenos Aires quando realizava uma turnê. A carta foi firmada pelo ex-capitão Jorge Tigre Acosta, agora detido pelo roubo de bebês nascidos em campos clandestinos de detenção durante a última ditadura argentina (1976-1983).”¹²⁸

Segundo a mesma jornalista, baseada nas informações do ex-militar da Marinha argentina Claudio Vallejos, Tenorinho foi torturado¹²⁹ para que dissesse nomes de artistas “comunistas”, e mandado para a ESMA. Como visto no capítulo 1 desse trabalho, à grande parte dos presos da ESMA lhes era destinado um distinto “traslado” aéreo. O músico brasileiro pode, então, ter sido uma das vítimas “trasladadas” vivas ao fundo do mar pela ditadura argentina. Conforme denuncia o ex-militar citado por Calloni, o embaixador brasileiro teria sido diretamente comunicado da morte de Tenorinho através de um ofício assinado por Jorge “*El Tigre*” Acosta. Mesmo sabendo da morte do músico, o governo brasileiro jamais comunicaria a família o ocorrido. Em junho de 1998 diplomatas brasileiros realizariam uma busca nos arquivos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, e na embaixada do Brasil em Buenos Aires, para tentar localizar o citado ofício, não obtendo sucesso¹³⁰.

Todos os elementos arrolados até aqui permitem conjecturar que além da grande familiaridade da ditadura militar brasileira com a prática dos “vãos da morte”, houve

repressão. O nome de Zuzu Angel consta na segunda edição do Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil, editado em 2009.

¹²⁸ COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. *Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 642.

¹²⁹ Tenorinho foi torturado inclusive por agentes brasileiros, mais um elemento que demonstra a participação do Brasil na coordenação de ações repressivas no cone sul.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 644.

inclusive a tentativa de sistematizá-la através do uso da unidade Para-Sar da FAB. No entanto, talvez a evidência mais contundente de que as autoridades brasileiras tinham conhecimento dos “vãos da morte” argentinos seja um documento encontrado nos arquivos do DOPS/RJ, no Arquivo Público do Rio de Janeiro, pela historiadora Ludmila da Silva Catela, que trata da evolução da luta anti-subversiva na Argentina, entre janeiro e maio de 1977, atribuído ao Ministério da Aeronáutica argentino. Esse documento lista o nome de oito pessoas mortas durante esse período, e depois agrega o seguinte comentário:

“Dado que el lanzamiento de cadáveres al Rio de la Plata causa, de vez en cuando, problemas con Uuguay, con el aparecimiento de cuerpos mutilados en las playas, están siendo empleados hornos crematorios de hospitales estatales para la cremación de cuerpos de los subversivos abatidos”.¹³¹

Uma informação dessa importância provavelmente não ficou somente restrita ao DOPS do Rio de Janeiro. Por ter tido ampla repercussão inclusive na imprensa uruguaia, como visto anteriormente, os achados do Rio da Prata não deveriam ser ignorados pelo conjunto da inteligência brasileira.

Por fim, a existência desse documento no DOPS/RJ é um indício importante para que se possam fazer alguns apontamentos sobre o caso dos corpos encontrados no Hermenegildo e em São José do Norte, em abril de 1978:

a) Em que medida as autoridades policiais poderiam ter noção do que se tratavam aqueles corpos que apareciam no litoral? Tito Tajés não levanta essa hipótese em sua reportagem, talvez porque seria ir longe demais num momento ainda delicado da história política nacional (lembrando que em 1985 os militares entregariam o poder a José Sarney, vice de Tancredo Neves na chapa vitoriosa das eleições indiretas à presidência da República, concluindo um tortuoso processo de abertura política iniciado na década de 1970, processo esse que os generais tiveram ampla margem de ação). O tratamento de questões que aludiam aos crimes cometidos pelo Terrorismo de Estado era logo visto pela opinião pública e pelos governantes como revanchismo por parte das vítimas, e desqualificado por ser considerado um entrave ao processo de “conciliação nacional”. Talvez dessa forma podem-se conjecturar os motivos que levariam O Globo a não publicar a reportagem feita por seu correspondente no Rio Grande do Sul.

¹³¹ CATELA, Ludmila da Silva. Etnografía de los Archivos de la Represión en la Argentina. In: FRANCO, Marina. LEVÍN, Florência. *Historia Reciente: Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 184.

b) Os esforços para a identificação dos corpos foram suficientes? Mais uma vez remetendo-se ao texto de Tito Tajés, pode-se depurar que a Polícia Civil de Santa Vitória do Palmar tirou fotos e realizou a devida necropsia do cadáver, inclusive encaminhando material para análises laboratoriais, a fim de detectar se era uma morte causada pelas toxinas liberadas pela “maré vermelha”. Mas as denúncias do ex-marinheiro uruguaio nos mostram que no Uruguai esses procedimentos legais eram sumariamente negligenciados pelas autoridades da PNN. As limitações deste trabalho não permitiram uma análise mais direta de toda a documentação que se supõe existir sobre o aparecimento dos cadáveres em 1978¹³², mas permitem conjecturar que talvez a Polícia Civil (em que pese sua capacidade de ação em Santa Vitória do Palmar) pudesse ter trabalhado com mais elementos para a identificação dos desconhecidos. Piuma fala do método utilizado pela Polícia Técnica uruguaia, que consistia em amputar os dedos que se queriam extrair as impressões digitais para a utilização de um procedimento de análise através das cristas papilares¹³³. Não há constância na necropsia do corpo do Hermenegildo de que tenha sido feita alguma tentativa de extrair suas digitais¹³⁴.

c) Foram somente estes dois cadáveres que deram às praias do litoral sul do Rio Grande do Sul à época? Importante retomar que Jair Krischke, na reportagem de Tajés, coloca essa questão, ao afirmar que existiam relatos de que mais corpos deram às praias, mas que teriam sido incinerados, impossibilitando a comprovação de tais relatos. No entanto, o estudo das marés feito pela PNN e divulgado posteriormente por Piuma pode ajudar a comprovar que havia sim a possibilidade de mais corpos das vítimas do terror de Estado argentino lançadas ao mar terem sido trazidos pelas correntes marítimas até o litoral gaúcho. E com base nos elementos expostos nesse trabalho (o Caso Para-Sar, as denúncias de ex-presos políticos ao *Brasil: Nunca Mais*, a morte de Stuart Angel e Tenório Cavalcanti Jr., e por fim o documento do Ministério da Aeronáutica argentino encontrado no DOPS

¹³² Foi consultada apenas a documentação anexada à reportagem de Tito Tajés, arquivada no MJDH. Essa documentação consiste de: a) certidão de “Encontro de Cadáver” da DP de Santa Vitória do Palmar; b) comunicação da DP de Rio Grande à DP de Santa Vitória do Palmar sobre o encontro de cadáver em São José do Norte; c) Auto de Necropsia do corpo do Hermenegildo requisitado pela DP de Santa Vitória do Palmar; e d) resultado do exame toxicológico feito pelo Laboratório de Toxicologia do IML de Porto Alegre, com material extraído do cadáver do Hermenegildo.

¹³³ PIUMA, *op. cit.*, 1984, p. 63.

¹³⁴ Faço aqui novamente a ressalva de que deve ser levado em consideração se as capacidades operativas do corpo policial de Santa Vitória do Palmar à época do ocorrido permitiriam ou não a realização de tais procedimentos.

carioca) pode-se supor que uma atitude de convivência por parte da ditadura brasileira em relação aos crimes de seus pares argentinos – ocultando os cadáveres que deram às praias, não realizando nenhum procedimento forense para sua identificação, e impedindo a posterior exumação com a sua incineração imediata – não estaria descontextualizada. O Brasil esteve envolvido diretamente nas ações coordenadas de repressão entre as ditaduras do cone sul, inseridas na Operação Condor. Além do seqüestro dos uruguaios em Porto Alegre, que contou com a participação direta de agentes do DOPS/RS¹³⁵, há o caso de seis militantes do grupo *Montoneros* seqüestrados em território brasileiro e entregues às autoridades argentinas entre 1974 e 1980, que estão desaparecidos até hoje¹³⁶. A atitude conivente dos militares uruguaios e brasileiros em relação aos cadáveres devolvidos pelo mar não se encaixa dentro de uma cooperação oficial como foram os outros “casos Condor”, mas pode ser pensada dentro dos parâmetros do conceito de “fronteira ideológica”¹³⁷, que levou as ditaduras de segurança nacional do cone sul (respaldadas sempre pela DSN) a ignorar as fronteiras nacionais em nome do combate à “subversão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹³⁵ Sobre o seqüestro de Universindo Díaz, Lilián Celiberti e seus filhos Camilo e Francesca Celiberti, Cf: CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor – O Seqüestro dos Uruguaios: Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008; FERRI, Omar. *Seqüestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. CELIBERTI, Lilián, GARRIDO, Lucy. *Meu quarto, minha cela*. Porto Alegre: L&PM, 1989; REIS, Ramiro José dos. Lilián, Camilo e Francesca Celiberti: Uma família na mira do Condor em Porto Alegre, In: PADRÓS et. al. (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor)*. Porto Alegre: CORAG, 2010.

¹³⁶ Sobre o seqüestro dos *montoneros* argentinos em território brasileiro, Cf: MARIANO, Nilson. *Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

¹³⁷ Cf: BAUER, Caroline. As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o Conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; ÁVILA, Arthur Lima. *Fronteiras Americanas: Teoria e Práticas de Pesquisa*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p. 170-182.

Mesmo falando sobre cadáveres, este trabalho teve a pretensão de falar sobre vidas. Vidas que foram solapadas pelo terrorismo de Estado. Na realidade, cada corpo desconhecido que apareceu nas praias argentinas, uruguaias e brasileiras a partir de 1976 tem uma identidade, uma história de vida (e de luta), e certamente alguma mãe ou algum filho que o está procurando até hoje. Mais uma vez é necessário citar a crônica de Luís Fernando Veríssimo: “*Os desaparecidos não desaparecem. Sempre há alguém sobrando, sempre há alguém cobrando*”.

Os trinta mil desaparecidos da Argentina foram vítimas de uma violência sem precedentes na história recente da América Latina. Em nome da pretensa “segurança nacional”, os militares optaram por métodos repressivos genuinamente genocidas, inclusive com a sistematização do extermínio em massa dos opositores políticos. Os métodos empregados na Argentina não eram novidade entre os militares da região – vale lembrar que o *Proceso de Reorganización Nacional* foi temporalmente a última ditadura a se instalar no Cone Sul. Desde muito antes já se seqüestrava e se torturava por aqui. No entanto, a escolha dos repressores argentinos de atuarem na ilegalidade, à margem de qualquer forma de controle ou de defesa por parte das suas vítimas, e de prosseguir com o posterior extermínio e ocultamento dos corpos, foi uma sinistra característica específica do terrorismo de Estado desse país platino. A sistematização dos “vôos da morte” é a prova cabal do planejamento da morte e da culpabilidade do Estado pelos crimes cometidos durante a ditadura. Não foi organizado por um grupo de “bandoleiros” ou de “elementos exaltados”, como seria argumentado posteriormente. O ex-capitão Adolfo Scilingo deixa muito claro em seu depoimento ao jornalista Horácio Verbitsky que um grupo de “bandoleiros” dentro das Forças Armadas não seria capaz de mobilizar tantos recursos para pôr em prática os “vôos da morte”:

“El sistema que estaba montado para eliminar a los elementos subversivos era orgánico, tanto podía decir fusilamiento como otro tipo de eliminación. Se imagina que mover aviones no los mueve una banda sino una fuerza armada. Recibíamos órdenes extremas, pero coherentes en función de una guerra que se estaba librando, tanto las de detener al enemigo como las de eliminarlo.”¹³⁸

No entanto, essa culpabilidade ultrapassou as fronteiras do Estado argentino. Quiseram as marés do Rio da Prata que os cadáveres lançados ao mar fossem parar em

¹³⁸ VERBITSKY, *op. cit.*, 1995 (A), p. 32.

praias estrangeiras. Vicissitudes com as quais não contavam os militares responsáveis por isso, e com as quais tiveram que tratar os militares vizinhos. Só que do outro lado do rio havia companheiros de farda “amigos”, uruguaios que estavam no mesmo front na guerra contra a “subversão”. Estes, ao se darem conta que os cadáveres misteriosos eram de “inimigos abatidos”, simplesmente deram continuidade ao ciclo de terror e impunidade iniciado pelos argentinos, ocultando esses corpos e silenciando essa história. Um ocultamento também sistematizado pelos militares uruguaios, como provam as negligências denunciadas pelo ex-marinheiro Daniel Rey Piuma. Uma clara convivência com o extermínio levado a cabo no país vizinho.

Só que as marés levaram os corpos para mais longe, trouxeram para o nosso litoral. Talvez quisessem denunciar o que ocorria às margens do Rio da Prata. O Brasil de 1978 e da abertura política “lenta, gradual e segura” talvez fosse um bom lugar para que se fizesse essa denúncia. Mas os militares daqui conheciam a prática dos “vãos da morte” (e inclusive tentaram empregá-la também em 1968), e o documento encontrado no arquivo do DOPS/RJ demonstra que os brasileiros sabiam que os corpos de “subversivos” causavam problemas no Uruguai. E mesmo tendo sido registrada pelos jornalistas que cobriam o fenômeno da “maré vermelha”, a história dos misteriosos corpos que o mar devolveu em Santa Vitória do Palmar e em São José do Norte, em abril daquele ano, mais uma vez foi esquecida, foi ocultada. O Brasil de 1978 ainda vivia sob a mordada do AI-5, e as fotos do repórter Jurandir Silveira tiradas do cadáver do desconhecido do Hermenegildo, mais uma das inúmeras vítimas do terrorismo de Estado argentino, jamais saíam nos jornais. Nada muito fora do contexto em um país que vivia sob uma ditadura totalmente envolvida em conexões repressivas com suas pares: alguns meses depois o seqüestro dos uruguaios em Porto Alegre, com a participação incontestada de agentes brasileiros, seria a prova cabal dessa conexão, que ignorava as fronteiras nacionais em nome do combate à “subversão”.

No entanto, a história dos desconhecidos do Hermenegildo e de São José do Norte permaneceria envolvida em uma névoa obscura de silêncio e cumplicidade. O jornalista Tito Tajés tentaria resgatá-la sete anos depois, realizando um excelente trabalho de investigação e apuramento das fontes, colhendo depoimentos e fazendo conexão com os fatos ocorridos na Argentina e no Uruguai. Mas talvez o Brasil de 1985 não fosse ainda um lugar em que se pudesse fazer essa denúncia, afinal de contas era preciso esquecer o

passado e promover a “conciliação nacional”. A reportagem jamais seria publicada pelo O Globo.

Argentina e Uruguai trilharam ao longo dos últimos anos o caminho da memória, da verdade e da justiça. Repressores e genocidas agora sentam nos bancos dos réus da justiça argentina para ouvir as sentenças que os punem pelos crimes cometidos ao longo do famigerado *Proceso*. Muitos são condenados à prisão perpétua, pena prevista para os crimes de lesa-humanidade que cometeram. No Uruguai, esforços têm sido feitos no sentido de anular a *Ley de Caducidad* e punir os responsáveis pelos crimes da ditadura civil-militar instaurada em 1973. Agora o Brasil entra na mesma trilha, com a criação da Comissão da Verdade pelo governo da presidenta Dilma Rousseff. Esperemos que essa comissão contemple as três sentenças da famosa insígnia: memória, verdade e justiça. E que finalmente o Brasil de 2011 possa tirar do esquecimento histórias como as dos cadáveres desconhecidos do Hermenegildo e de São José do Norte. Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça.

FONTES CONSULTADAS

Acervo do Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH):

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. **Certidão nº 409/78, f. 22 e verso, no livro de ocorrências 28/78.** Santa Vitória do Palmar: Delegacia de Polícia Civil de Santa Vitória do Palmar, 11 abr. 1978.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. **Auto de Necropsia Nº 043/78, fl. 01 e 02.** Santa Vitória do Palmar: Posto Regional do Instituto Médico Legal, Delegacia de Polícia de Santa Vitória do Palmar, 12 de abril de 1978.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. **Exame Requisitado a pedido do (a) Delegacia de Polícia do 1º Distrito de Santa Vitória do Palmar. Requisição nº 1573/78 – Datada de: 17/4/78.** Porto Alegre: Instituto Médico Legal – Laboratório de Toxicologia, 26 de abr. de 1978.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. Polícia Civil. **Of. Cir. Nº 891/78.** Rio Grande: 7ª Região Policial – Delegacia Regional de Polícia, 28 de abr. de 1978.

TAJES, Tito. **[Sem Título]**. [S.l.: s.n., 1985?]. 9 p.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS CONSULTADOS

BADENES, Daniel. La historia de cuerpos aparecidos en las costas rioplatenses – Rio Revolto. **La Pulseada**, Nº. 37, La Plata, 2006. Disponível em: <http://ow.ly/7zZ1K>. Data de acesso: 23 out. 2011.

LA NACIÓN. Perpetua para el represor Riveros por el crimen de Floreal Avellaneda. **La Nación**, Buenos Aires, 12 ago. 2009. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1161705-perpetua-para-el-represor-riveros-por-el-crimen-de-floreal-avellaneda>. Data de acesso: 14 nov. 2011.

MARTÍNEZ, Diego. Fuimos Todos. **Página/12**, Buenos Aires, 6 de set. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/131277-42284-2009-09-06.html#arriba>. Data de acesso: 7 de out. 2011.

_____. Los vuelos probados. **Página/12**, Buenos Aires, 7 de set. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/131334-42294-2009-09-07.html>. Data de acesso: 7 de out. 2011.

PÁGINA/12. Perpetua para Astiz, el "Tigre" Acosta, Cavallo, Donda, Pernías, Rádice y otros seis genocidas. **Página/12**, Buenos Aires, 26 de out. 2011. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-179823-2011-10-26.html>. Data de acesso: 26 de out. 2011.

SAN MIGUEL, Mercedes López. El Frente Amplio lucha contra la impunidad. **Página/12**, Buenos Aires, 27 out. de 2011. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-179888-2011-10-27.html>. Data de Acesso: 28 out. 2011.

RANZANI, Oscar. Pablo Torello y el Documental Historias de Aparecidos. **Página/12**, Buenos Aires, 22 de jul. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/5-14656-2009-07-22.html>. Data de acesso: 26 de out. 2011.

SUED, Gabriel. Hubo 600 desapariciones antes del 76. **La Nación**, Buenos Aires, 13 de jan. 2007. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/875007-hubo-600-desaparecidos-antes-del-76>. Data de acesso: 10 de out. 2011.

SUL21. Dilma sanciona Comissão da Verdade e Lei de Acesso nesta sexta. **Sul21**, Porto Alegre, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://sul21.com.br/jornal/2011/11/dilma-sanciona-comissao-da-verdade-e-lei-de-acesso-nesta-sexta/>. Data de acesso: 18 nov. 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Caroline. As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o Conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; ÁVILA, Arthur Lima. **Fronteiras Americanas: Teoria e Práticas de Pesquisa**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p. 170-182.

BAUER, Caroline Silveira. **Um Estudo Comparativo das Práticas de Desaparecimento nas Ditaduras Civil-Militares Argentina e Brasileira e a Elaboração de Políticas de Memória em Ambos os Países**. 2011, 446 fl. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universitat de Barcelona, Porto Alegre, Barcelona, 2011. 2 v.

BRASIL: **Nunca Mais**. Projeto A. Tomo V, vol. 1.

BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martín. **Decíamos Ayer: La prensa argentina bajo el Proceso**. Buenos Aires: Colihue, 1998.

CATELA, Ludmila da Silva. Etnografía de los Archivos de la Represión en la Argentina. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia Reciente: Perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. **Meu quarto, minha cela**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CONADEP. **Nunca Más**. Buenos Aires: Eudeba, 1995.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor – O Seqüestro dos Uruguaios: Uma reportagem dos tempos da ditadura**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DE RIZ, Liliana. **La política en suspenso: 1966-1976**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

DÍAZ, Universindo Rodríguez. Todo Está Cargado en la Memoria, Arma de la vida y de la Historia. IN: PADRÓS et. al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor)**. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 179-205.

FERNÁNDEZ, Jorge Christian. Argentina 1976-1983: Extermínio organizado de uma nação. In: PADRÓS, Enrique (org.). **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: Corag, Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberioni dos. **Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

FERRI, Omar. **Seqüestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

GONZÁLEZ, Nelson Daniel Gasparik; GONZÁLEZ, Walter Hugo Rotela. **El Vuelo del Cóndor no Termina**. Disponível em: http://pebuwar2.blogspot.com/2011_06_01_archive.html. Data de acesso: 30 out. 2011.

GUIMARAENS, Rafael; CENTENO, Ayrton; BONES, Elmar. **CooJornal: Um Jornal de Jornalistas sob o Regime Militar**. Porto Alegre: Libretos, 2011.

LE GOFF, Jacques. A Visão dos Outros: Um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Phillippe (orgs.). **Questões para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

MARIANO, Nilson. **Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

_____. **Operación Condor: Terrorismo de Estado en el Cono Sur**. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

MIGNONE, Emílio F; McDONNELL, Augusto Conte. **Estrategia Repressiva de la Dictadura Militar: la doctrina del paralelismo global**. Buenos Aires, Colihue, 2006.

PADRÓS et. al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor)**. Porto Alegre: CORAG, 2010.

PADRÓS, Enrique. **Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): Do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 850 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 v.

_____. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, UDESC, Florianópolis, Edição I, Nº 1, mar. 2009.

_____. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. In: **Revista História e Luta de Classes**, Ano 3, Nº 4, julho de 2007, p. 43-49.

PASCUAL, Alejandra. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Brasília: Editora UnB, 2004.

PIUMA, Daniel Rey. **Los Crimenes del Rio de la Plata**. Córdoba: El Cid, 1984

_____. **Un Marino Acusa**. Montevideo: Tupac Amarú Editores, 1988.

REIS, Ramiro José dos. Lilián, Camilo e Francesca Celiberti: Uma família na mira do Condor em Porto Alegre, In: PADRÓS et. al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor)**. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 205-217.

ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PÔRTO JR., Gilson. **História do Tempo Presente**. Bauru: EDUSC, 2007.

SENADO FEDERAL. Subsecretaria de Informações. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília: 13 dez. de 1968. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s. Data de acesso: 5 de nov. de 2011.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. **A mãe do Freud**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

VERBITSKY, Horacio. **El Vuelo**. Buenos Aires: Planeta, 1995. (A)

_____. **Ezeiza**. Buenos Aires: Planeta, 1995. (B)

WALSH, Rodolfo. **Carta Abierta de un Escritor a la Junta Militar**. Buenos Aires: s.n., 1977. Disponível em: <http://www.fmmeducao.com.ar/Historia/Documentoshist/1977walsh.htm>. Data de acesso: 26 out. de 2011.